

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 02/2010, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.**

**ESTABELECE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO  
MUNICÍPIO, CONSOLIDANDO A LEGISLAÇÃO  
TRIBUTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**GILSON DE ALMEIDA**, Prefeito Municipal de São Martinho da Serra,  
Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, de conformidade como o que determina a Lei Orgânica  
do Município, que a Câmara de Vereadores e **Eu** sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**TÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CAPÍTULO I  
DO ELENCO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**

**Art. 1º** - Esta Lei estabelece o Código Tributário do Município e consolida a  
Legislação Tributária do Município, atendendo a disciplina fixada pelo Código  
Tributário Nacional e normas gerais de Direito Tributário a eles aplicáveis.

**Art. 2º** - Os tributos de competência do Município são os seguintes:

- I - Imposto sobre:
  - a) Propriedade Predial e Territorial Urbana;
  - b) Serviços de Qualquer Natureza não compreendidos  
no Art. 155, inciso I, alínea "b", da Constituição  
Federal;
  - c) Transmissão "Inter-Vivos", por ato oneroso, de Bens  
Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos.
- II - Taxa de:
  - a) Licença:
    - 1. para Execução de Obras ou Serviços de  
Engenharia;
    - 2. para Localização de Estabelecimentos e de  
Atividades;
    - 3. dos atos da vigilância sanitária;
  - b) Coleta de Lixo;
  - c) Serviços Diversos;
  - d) Vistorias;

- e) Publicidade;
  - f) Expediente;
  - g) Ocupação do solo em bens de uso comum do povo ou de uso especial
- III - Contribuição de Melhoria.

## **CAPITULO II DO FATO GERADOR**

**Art. 3º** - É fato gerador:

**I - Do Imposto sobre:**

- a) Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre a propriedade, a titularidade de domínio útil ou a posse a qualquer título de bem imóvel, edificado ou não, localizado na Zona Urbana do Município.
- b) Serviços de Qualquer Natureza, a prestação de serviços por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo.
- c) Transmissão "Inter-Vivos, por ato oneroso de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, e a cessão de direitos relativos às transmissões aqui referidas.

**II - Da Taxa:**

- a) A utilização, efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- b) O exercício regular do poder da polícia.

**III - Da Contribuição de Melhoria:**

- a) A valorização do imóvel em função da execução de obra pública que beneficie direta ou indiretamente os imóveis.

## **TITULO II DOS IMPOSTOS**

### **CAPITULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA**

#### **SEÇÃO I Da Incidência**

**Art. 4º** - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre a propriedade, a titularidade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de imóvel edificado ou não, situado na Zona Urbana do Município.

**§ 1º** - Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana, a definida em Lei Municipal, observada o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em, pelo menos, dois (2) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público.

- I - Meio Fio ou calçamento ou canalização de águas pluviais;
- II - Abastecimento de água;
- III - Sistema de esgoto sanitário;
- IV - Rede de Iluminação Pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;
- V - Escola Primária ou Posto de Saúde com uma distância máxima de 03 km do imóvel considerado.

**§ 2º** - A lei poderá considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes destinados à habitação, à indústria, a serviços ou ao comércio, respeitados o disposto no parágrafo anterior.

**§ 3º** - O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana abrange, ainda, o imóvel que, embora localizado na zona rural, seja utilizado, comprovadamente como sítio de recreio.

**§ 4º** - Para efeito deste imposto, considera-se:

- I - Prédio - o imóvel edificado, compreendendo o terreno com a respectiva construção e dependência(s);
- II - Unidade Predial - prédio ou parte de prédio que comporte a instalação independente de residência ou de atividades de qualquer natureza;
- III - Terreno - o imóvel não edificado;
- IV - Gleba - o terreno com área igual ou superior a 3.000 m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados).

**§ 5º** - É considerado integrante do prédio, o terreno de propriedade do mesmo contribuinte e localizado junto:

- I – A estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, desde que necessário e utilizado de modo permanente na finalidade do estabelecimento;
- II – A prédio residencial, desde que convenientemente utilizado ou efetivamente ajardinado.

**§ 6º** - São também considerados terreno:

- I – A sobra de área de prédio que não apresente as condições estabelecidas no parágrafo anterior;
- II – A área com:
  - a) Construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;

- b) Construção que a autoridade competente considere inadequada, pela área ocupada, para destinação ou utilização pretendida;
- c) Obra paralisada, edificações incendiadas, condenadas, abandonadas ou em ruínas.

**Art. 5º** - A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer outras exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao imóvel, sem prejuízo das cominações cabíveis.

**Parágrafo Único** – Também independe a incidência do imposto a legitimidade do título de aquisição ou da posse do bem imóvel.

## **SEÇÃO II**

### **Do Sujeito Passivo**

**Art. 6º** - Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

**Parágrafo Único** – Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o titular do domínio pleno, o justo possuidor, o titular de direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os promitentes cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes, a qualquer título, do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

## **SEÇÃO III**

### **Da Base de Cálculo e Alíquota**

**Art. 7º** - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel e será determinado em função dos seguintes elementos:

I - na avaliação do TERRENO, o preço do metro quadrado, relativo a cada face do quarteirão, conforme Planta de Valores, a área corrigida, topografia, situação do terreno na quadra e pedologia.

II - na avaliação do PREDIO, o preço do metro quadrado será fixado levando em consideração o número de pontos atingidos pelo prédio, o valor do ponto, a idade, o estado de conservação e a área;

III – na avaliação da GLEBA, o valor do metro quadrado, conforme Planta de Valores, a área real, pedologia e topografia predominante;

IV – no caso de GLEBA, com loteamento aprovado e em processo de execução, considera-se TERRENO ou LOTE individualizado aquele situado em logradouro ou parte deste, cujas obras estejam concluídas.

**§ 1º** - A área corrigida será obtida através da aplicação da fórmula de Harper, ou seja, a área corrigida (AC) será o resultado da multiplicação da área real pela raiz

quadrada da divisão da profundidade padrão pela profundidade média, obtida esta pela divisão da área real pela testada, onde:

$$AC = AR \times \frac{PP}{PM} = AR/T$$

AC = Área Corrigida;  
AR = área Real;  
PP = Profundidade padrão (30m);  
PM = Profundidade Media = AR/T  
T = Testada;

**§ 2º** - Quando PM (profundidade média) for menor que PP (profundidade padrão), o coeficiente de correção (PP / PM) será igual a 01 (um).

**§ 3º** - Para efeitos de correção de área do terreno, considera-se profundidade padrão 30 (trinta) metros e testada com 10 (dez) metros.

**§ 4º** - Os fatores de correção, do metro quadrado do terreno, serão os seguintes:

I – O fator pedológico obedecerá aos seguintes índices:

- a) Normal 1,0;
- b) Alagado 0,6;
- c) Inundável 0,7;
- d) Rochoso 0,7.

II – O fator situação do terreno na quadra obedecerá aos seguintes índices:

- a) Esquina 1,1;
- b) Meio de quadra 1,0;
- c) Encravado 0,5;

III – O fator topografia do terreno obedecerá aos seguintes índices e serão estabelecidos quando o acidente for superior a 1 (um) metro do nível do logradouro:

- a) Plano 1,0;
- b) Aclive 0,9;
- c) Declive 0,9.

**§ 5º** - O número de pontos da construção será obtido através da avaliação das características construtivas do prédio, informado no boletim de informações cadastral (BIC).

**§ 6º** - Através da multiplicação do número de pontos pelo valor do ponto, obter-se-á o preço do metro quadrado. A área construída multiplicada pelo preço do metro quadrado apurado anteriormente, resultará no valor venal da construção.

**§ 7º** - O valor do ponto será determinado, levando em consideração:

- a) 40% (quarenta por cento) do produto da divisão do CUB (Custo Unitário Básico) da construção civil de outubro do ano anterior ao lançamento por 100 (cem);
- b) os valores relativos às últimas transações imobiliárias;
- c) quaisquer outros dados informativos.

**§ 8º** - Os fatores de correção, do metro quadrado das construções, serão os seguintes:

I – A idade das construções obedecerá aos seguintes fatores de obsolescência:

- a) Até 5 anos de construção 1,0;
- b) Mais de 5 a 10 anos de construção 0,95;
- c) Mais de 10 a 15 anos de construção 0,9;
- d) Mais de 15 a 20 anos de construção 0,85;
- e) Mais de 20 a 25 anos de construção 0,8;
- f) Mais de 25 a 30 anos de construção 0,75;
- g) Mais de 30 a 35 anos de construção 0,7;
- h) Mais de 35 a 40 anos de construção 0,65;
- i) Mais de 40 a 45 anos de construção 0,6;
- j) Mais de 45 a 50 anos de construção 0,55;
- l) Mais de 50 anos de construção 0,5.

II – O estado de conservação obedecerá aos seguintes índices:

- a) Ótimo e bom = 0,8
- b) Regular = 0,9
- c) Ruim = 1,0

**§ 9º** - O valor venal do imóvel é constituído pela soma do valor do terreno ou de parte ideal deste, com o valor da construção e dependências.

**Art. 8º** - O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é calculado sobre o valor venal do imóvel.

**§ 1º** - Quando se tratar do prédio, a alíquota para o cálculo do imposto será:

I – Em ruas pavimentadas:

- a) Para imóveis residenciais, de 0,60%;
- b) Para os demais, de 0,84%.

II – Em ruas sem pavimentação:

- a) Para imóveis residenciais, de 0,50%;
- b) Para os demais, de 0,70%.

**§ 2º** - Quando se tratar de terreno, a alíquota para o cálculo do imposto será:

I – Em ruas pavimentadas, de 3,0%.

II – Em ruas sem pavimentação, de 2,5%.

**§ 3º** - As alíquotas estabelecidas no § 1º, Inc I e § 2º, Inc I terão redução de 15% (quinze por cento) se o imóvel possuir calçada devidamente pavimentada em toda extensão do terreno frente à via pública.

**§ 4º** - Para efeitos de tributação, nas Zonas e Sub-Zonas fiscais, o preço do metro quadrado do terreno será determinado por face de quarteirão.

**§ 5º** - As glebas cuja área corrigida exceder a 3.000 metros quadrados terá redução de 70% (setenta por cento) sobre a parte que exceder essa medida.

**§ 8º** - Será considerado terreno sujeito à alíquota prevista para a Zona Fiscal em que estiver localizado, o prédio incendiado, condenado a demolição ou à restauração, ou em ruínas.

**§ 9º** - No caso de área particularmente desvalorizada em virtude de configuração muito irregular ou acidente topográfico desfavorável, como a existência de córrego, sanga, pedreira, talude exagerado, alagamento ou inundação, no mínimo durante seis meses, ou ainda outros acidentes que concorram para depreciação de modo permanente ou periódico, influndo de maneira injusta ou inadequada na avaliação, aplicar-se-á uma redução no valor venal de 30% (trinta por cento).

**Art. 9º** - O preço do metro quadrado do terreno e da gleba será fixado levando-se em consideração:

- I - Índice médio de valorização;
- II - Preços relativos às últimas transações imobiliárias, deduzidas as parcelas correspondentes às construções;
- III - O número de equipamentos urbanos que serve o imóvel;
- IV - Os acidentes naturais e outras características que possam influir em sua valorização;
- V - Qualquer outro dado informativo.

**Art. 10** - Para efeitos de tributação, fica o perímetro urbano de São Martinho da Serra dividido em zonas, cujos preços do metro quadrado de terreno padrão e do valor do ponto, serão atualizados anualmente por Decreto Executivo, levando em conta a Planta Genérica de Valores.

**Parágrafo Único** - Qualquer das alterações do caput deste artigo que venha a determinar crescimento nominal do imposto em coeficiente superior ao da inflação do período, entre dois exercícios financeiros subseqüentes, somente poderá ser efetuada mediante Lei específica.

**Art. 11** - Considera-se prédio condenado, aquele que a juízo da autoridade municipal ou estadual, ofereça perigo à segurança ou a saúde pública.

## **SECÃO IV**

## **Da Inscrição**

**Art. 12** – Todos os imóveis que satisfaçam as condições previstas no artigo 4º serão obrigatoriamente inscritos no Cadastro Imobiliário, ainda que beneficiados por imunidade ou isenção.

**Art. 13** – A inscrição, a averbação ou a alteração serão promovidas no prazo de trinta (30) dias, ou no decorrer do exercício em que ocorreu:

- I - Pelo proprietário;
- II - Pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor a qualquer título;
- III - Pelo vendedor, pelo promitente vendedor ou comprador;
- IV - De ofício, quando ocorrer omissão das pessoas relacionadas nos incisos anteriores através de:
  - a) Informações da Secretaria Municipal de Obras;
  - b) Informações obtidas no Cartório de Registro de Imóveis ou Tabelionatos, sobre alterações na posse ou propriedade de imóveis;
  - c) Verificação “in loco”.

**Art. 14** - Efetiva-se a inscrição mediante o preenchimento e entrega ao setor competente do município, ficha correspondente a cada unidade.

**Art. 15** - Na inscrição ou alteração será exigida a comprovação, por documento hábil, original ou cópia fotostática autenticado, da titularidade do imóvel ou da condição alegada, devendo o documento original ser devolvido no ato, mantendo-se cópia no setor.

**§ 1º** - Quando se tratar de área loteada deverá a inscrição ser procedida do arquivamento, na Fazenda Municipal, da planta completa do loteamento aprovado, na forma da Lei.

**§ 2º** - Qualquer alteração introduzida no loteamento deve ser imediatamente comunicada, pelo contribuinte à Fazenda Municipal.

**§ 3º** - O prédio terá tantas inscrições quantas forem as unidades distintas que o integram, observando o tipo de utilização.

**Art. 16** - Estão sujeitas a nova inscrição, alteração ou cancelamento da inscrição, nos termos da Lei, ou averbação na ficha do cadastro:

- I - A alteração resultante da construção aumento reforma ou demolição, construção de muro e/ou calçada;
- II – O desdobramento, o desmembramento ou remembramento de áreas;
- III - A transferência da propriedade ou posse ou do domínio;
- IV – A ocupação, quando realizada antes da conclusão da obra;
- V – No caso de áreas loteadas, bem como das construídas em curso de venda:



- a) Indicação de lotes ou de unidades prediais vendidas e seus adquirentes;
- b) As rescisões de contrato ou qualquer outra alteração.

**§ 1º** - No caso de prédio ou edifício com mais de uma unidade autônoma, o proprietário ou incorporador, fica obrigado a apresentar perante o Cadastro Imobiliário, no prazo de trinta dias, a contar da data do "Habite-se" ou do Registro da Individualização no Registro de Imóveis, a respectiva planilha de áreas individualizadas.

**§ 2º** - O não cumprimento dos prazos previstos neste artigo ou o preenchimento de ficha de inscrição com informações incorretas, incompletas ou inexatas, que importe em redução da base de cálculo de Imposto, determinará a inscrição de ofício, considerando-se infrator, o contribuinte.

**§ 3º** - Quando se tratar de alienação parcial será procedido nova inscrição para a parte alienada, alterando-se a primitiva.

**Art. 17** – A Prefeitura poderá, visando o recolhimento do imposto, cadastrar prédios não regularizados, devendo, na ficha e em qualquer certidão do cadastro, constar a expressão “não legalizado”, não gerando direitos de qualquer espécie em relação a Administração Pública.

**Art. 18** - Na inscrição do prédio, ou do terreno, serão observadas as seguintes normas:

- I - Quando se tratar de prédio:
  - a) Com uma só entrada, pela face do quarteirão a ela correspondente;
  - b) Com mais de uma entrada, pela face do quarteirão que corresponder a entrada principal e, havendo mais de uma entrada principal, pela face do quarteirão por onde o imóvel apresentar a maior testada e, sendo estas iguais, pela de maior valor.
- II - Quando se tratar de terreno:
  - a) Com uma frente, pela face do quarteirão à sua testada;
  - b) Interno, com mais de uma frente, pelas faces dos quarteirões que corresponderem as suas testadas, tendo como profundidade média, uma linha imaginária eqüidistante destes;
  - c) De esquina, ou com duas ou mais frentes, pela face de quarteirão de maior valor ou, quando os valores forem iguais, pela maior testada;
  - d) Encravando, pelo logradouro mais próximo a seu perímetro.

**Parágrafo Único** - O regulamento poderá dispor sobre a inscrição dos prédios com mais de uma entrada, quando estes correspondam a unidades independentes.

## **SECÃO V**

### **Do Lançamento**

**Art. 19** - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado, anualmente, tendo por base a situação do imóvel ao encerrar-se o exercício anterior.

**Parágrafo Único** - A alteração no lançamento decorrente de modificação ocorrida durante o exercício será procedida:

I - A partir do mês seguinte:

- a) Ao da expedição da carta de Habitação ou de ocupação do prédio quando esta ocorrer antes;
- b) Ao do aumento, demolição ou destruição.

II - A partir do exercício seguinte:

- a) Ao da expedição da carta de Habitação quando se tratar de reforma, restauração de prédio que não resulte em nova inscrição ou, quando resultar, não constitua aumento da área;
- b) Ao da ocorrência ou da constatação do fato, nos casos de construções interditadas, condenadas ou em ruínas;
- c) No caso de loteamento, desmembramento ou unificação de terrenos ou prédios.

**Art. 20** - O lançamento será feito em nome da pessoa, física ou jurídica, sob o qual estiver inscrito o imóvel no cadastro imobiliário.

**Parágrafo Único** - Em se tratando de co-propriedade, constarão na ficha de cadastro, o nome dos co-proprietários, sendo o conhecimento emitido em nome de um deles, com a designação de "outros" para os demais.

**Art. 21** – O lançamento decorrente da inclusão de ofício retroage a data da ocorrência do fato gerador.

## **CAPITULO II**

### **DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**

#### **SEÇÃO I**

##### **Da Incidência**

**Art. 22** - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza é devido por pessoa física ou jurídica prestadora de serviços, com ou sem estabelecimento fixo.

**§ 1º** - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

**§ 2º** - Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e

Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

**§ 3º** - O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

**§ 4º** - A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

**§ 5º** - Para os efeitos deste artigo, considera-se serviço, nos termos da legislação federal pertinente, os constantes da lista a seguir ou que a eles possam ser equiparados:

- 1 – Serviços de informática e congêneres.
  - 1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
  - 1.02 – Programação.
  - 1.03 – Processamento de dados e congêneres.
  - 1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
  - 1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
  - 1.06 – Assessoria e consultoria em informática.
  - 1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
  - 1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
- 2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
  - 2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- 3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
  - 3.01 – (VETADO)
  - 3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
  - 3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
  - 3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
  - 3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
- 4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
  - 4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortóptica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

- 6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
- 6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
- 6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
- 7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
  - 7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
  - 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
  - 7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
  - 7.04 – Demolição.
  - 7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
  - 7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
  - 7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
  - 7.08 – Calafetação.
  - 7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
  - 7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
  - 7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
  - 7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
  - 7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
  - 7.14 – (VETADO)
  - 7.15 – (VETADO)
  - 7.16 – Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres.
  - 7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
  - 7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
  - 7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

- 11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.
- 11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
- 12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
  - 12.01 – Espetáculos teatrais.
  - 12.02 – Exibições cinematográficas.
  - 12.03 – Espetáculos circenses.
  - 12.04 – Programas de auditório.
  - 12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
  - 12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.
  - 12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
  - 12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.
  - 12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
  - 12.10 – Corridas e competições de animais.
  - 12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
  - 12.12 – Execução de música.
  - 12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
  - 12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
  - 12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
  - 12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
  - 12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
- 13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
  - 13.01 – (VETADO)
  - 13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
  - 13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
  - 13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.
  - 13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia, fotolitografia.
- 14 – Serviços relativos a bens de terceiros.
  - 14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
  - 14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito;



emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – (VETADO)

17.08 – Franquia (franchising).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

**Art. 23** - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do

prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 116/03;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – (VETADO)

XI – (VETADO)

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XVI – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

**§ 1º** - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

**§ 2º** - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

**§ 3º** - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

**§ 4º** - Considera-se estabelecimento prestador o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para a sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

**§ 5º** - A existência de unidade econômica ou profissional é indicada pela conjugação parcial ou total, dos seguintes elementos:

- a) manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- b) estrutura organizacional ou administrativa;
- c) inscrição nos órgãos previdenciários;
- d) indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
- e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas telefônicas, de energia elétrica ou de água, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

**§ 6º** - Nos casos em que o serviço, por sua natureza, for executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, este não será descaracterizado como estabelecimento prestador, para os efeitos deste artigo.

**§ 7º** - São também considerados estabelecimentos prestadores os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

**Art. 24** - A incidência do imposto independe:

I - Do cumprimento de quaisquer exigências legal regulamentares e administrativas, relativas a atividades, sem prejuízo das cominações cabíveis.

II - Do resultado financeiro obtido.

## **SEÇÃO II**

### **Do Sujeito Passivo**

**Art. 25** - Contribuinte do imposto, é o prestador do serviço, assim entendida a pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, que exerça habitual e/ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer uma das atividades relacionadas no artigo 22.

**§ 1º** - As empresas ou profissionais autônomos são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto relativo aos serviços a eles prestados por terceiros se não exigirem do prestador do serviço a comprovação da respectiva inscrição no Cadastro de Contribuinte da Prefeitura Municipal, devendo, neste caso, reter o imposto devido de acordo com a alíquota constante da Tabela VI - II, anexa a esta Lei, nos casos em que não forem abrangidos pela substituição tributária conforme disposto no artigo 55.

**§ 2º** - Para efeitos do imposto sobre serviços, entende-se:

I - por profissional autônomo: todo aquele que fornecer o próprio trabalho, sem vínculo empregatício;

II - por empresa:

- a) toda e qualquer pessoa jurídica, inclusive a sociedade civil ou de fato, que exercer a atividade de prestação de serviços;
- b) pessoa física que exerça atividades em caráter empresarial;
- c) o empreendimento instituído para prestar serviços com interesse econômico;
- d) o condomínio que prestar serviços a terceiros.

**§ 3º** - O Proprietário de bem imóvel, o dono da obra e o empreiteiro são responsáveis solidários com o contribuinte pelo imposto devido quanto aos serviços definidos nos itens 7.02 e 7.05 do artigo 22 que lhe forem prestados sem a documentação fiscal correspondente ou sem prova de pagamento do imposto.

**§ 4º** - As instituições em forma de cooperativa e/ou associação são solidariamente responsáveis pelo imposto devido por seus cooperados e/ou associados se não exigirem deles a comprovação da respectiva inscrição no cadastro de contribuintes do Município.

**§ 5º** - As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, órgãos da administração direta da União, do Estado, bem como suas respectivas autarquias, sociedades de economia mista sob o seu controle e as fundações instituídas pelo Poder Público que se utilizarem de serviços prestados por empresas ou profissionais autônomos sujeitos a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ficam solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto relativo aos serviços a elas prestados se não exigirem dos mesmos a comprovação da respectiva inscrição no Cadastro Fiscal, quando não abrangidos pela substituição tributária.

**§ 6º** - O ISSQN devido por contribuintes que explorem atividades musicais, shows e demais espetáculos será recolhido nos seguintes prazos:

- a) antecipadamente, no ato do licenciamento, devendo o valor ser fixado por estimativa fiscal conforme dispuser o regulamento;
- b) até o 5º dia após a realização do espetáculo ou apresentação, quando o promotor possuir cadastro no município.

**§ 7º** - É responsável solidariamente com o promotor de espetáculos de diversões públicas a entidade proprietária da casa de espetáculos, a qual ficará obrigada a proceder a retenção e o recolhimento do imposto devido nos termos desta Lei quando o promotor do espetáculo não possuir inscrição no Cadastro Municipal da Secretaria da Fazenda ou não houver solicitado a liberação prévia do evento.

**§ 8º** - Considera-se apropriação indébita o não recolhimento do valor do tributo retido na fonte por parte do usuário do serviço por prazo superior a 30 dias, contados da data em que deveria ter sido providenciado o recolhimento.

**Art. 26** - O imposto não incide sobre:

- I – as exportações de serviços para o exterior do País;
- II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

### **SEÇÃO III**

#### **Da Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 27** – A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.



**§ 1º** - Sempre que se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, os quais não compreendem a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho, na forma da Tabela VI - I, anexa a presente Lei.

**§ 2º** - Na prestação dos serviços a que se referem os itens 7.02 e 7.05 do artigo 22, o imposto será calculado sobre o preço do serviço.

**§ 3º** - Na prestação de serviços das agências operadoras de turismo, do preço do serviço serão deduzidos os valores referentes as passagens aéreas e diárias de hotel vinculadas aos programas de viagens e excursões da própria agência, desde que devidamente comprovados;

**§ 4º** - Quando a prestação dos serviços se referir a distribuição e venda de bilhetes de loterias, serão deduzidos, para fins de tributação, os valores de aquisição dos bilhetes.

**§ 5º** - Quando a prestação de serviços, pelo profissional autônomo, ocorrer de acordo com o disposto no artigo 25, parágrafo 2º, inciso II, alínea b, o imposto terá como base de cálculo o preço do serviço, aplicando-se para a atividade exercida a alíquota prevista na Tabela VI - I, anexa a esta Lei.

**§ 6º** - Quando a prestação de serviços for exercida por escritórios de serviços contábeis optantes do Simples Nacional o imposto será calculado conforme Tabela VI - I anexa, por mês, por profissional habilitado, sócio, empregado ou terceiro que preste serviço em nome do escritório.

**§ 7º** - Nas demolições, serão incluídos no preço dos serviços tanto os valores pagos em dinheiro como aqueles representados pelo valor dos materiais provenientes da demolição.

**§ 8º** - Nos demais casos o imposto será calculado pela aplicação, sobre a receita bruta mensal, das alíquotas constantes da Tabela VI - II, anexa a esta Lei.

**§ 9º** - Para obter habite-se, deverá haver prévia comprovação do pagamento do imposto incidente sobre os serviços prestados por terceiros. Não havendo comprovação, será o imposto calculado conforme a Tabela VIII, anexa a esta lei, a vista da apresentação dos seguintes documentos e conforme dispuser o Regulamento:

- a) projeto aprovado;
- b) requerimento solicitando o habite-se, assinado pelo proprietário e pelo responsável técnico;

- c) notas fiscais de materiais e mão-de-obra, recibos com nome, CPF e número do alvará de licença dos autônomos, utilizados na construção;
- d) guias de recolhimentos do INSS e FGTS quando houver contratação de funcionários;
- e) folha de pagamentos e recibos dos funcionários.

**§ 10** – As notas dos materiais a que se refere o item “c” do parágrafo anterior forem inferiores a 70% (setenta por cento), do valor estimado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, o proprietário será penalizado com multa de 1% (um por cento) do valor da diferença apurada entre este valor e a soma das notas apresentadas.

**§ 11** - Quando a atividade tributável for exercida em estabelecimentos distintos, o imposto será calculado e cobrado por estabelecimento.

**Art. 28** - A atividade não prevista na tabela será tributada de conformidade com o estabelecido para atividades que apresentar com ela, maior semelhança de características.

#### **SECÃO IV**

##### **Da Inscrição**

**Art. 29** - Estão sujeitas à inscrição obrigatória no cadastro do I.S.S., todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades enquadradas no artigo 22, ainda que imunes ou isentas do pagamento do imposto.

**Parágrafo Único** - A inscrição será feita pelo contribuinte ou seu representante legal, antes do início da atividade.

**Art. 30** - Far-se-á inscrição de ofício quando não forem cumpridas as disposições no artigo anterior, o que não eximirá das penalidades previstas em lei.

**Art. 31** - Para efeito de inscrição, constituem estabelecimentos distintos os que:

- I - Embora exercidos no mesmo local, ainda que sujeitas à mesma alíquota, quando correspondem a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II - Embora exercido pelo mesmo contribuinte, estejam localizadas em prédios distintos ou locais diversos;
- III - Estiverem sujeitos a alíquotas diferentes.

**Parágrafo Único** - Não são considerados locais diversos, dois ou mais imóveis contínuos, com comunicação interna, nem em vários pavimentos de um mesmo imóvel.

**Art. 32** - Sempre que se alterar o nome, firma, razão ou denominação social, a localização ou, ainda, a natureza da atividade quando esta acarretar enquadramento

em alíquota distinta, deverá ser feita à devida comunicação, à Fazenda Municipal dentro do prazo de trinta dias, através da formalização de nova inscrição

**Parágrafo Único** - O não cumprimento do disposto neste artigo determinará alteração de ofício, não eximindo das penalidades previstas nesta Lei.

**Art. 33** - A cessação da atividade será comunicada no prazo de 90 (noventa) dias, através de requerimento devidamente protocolizado.

**§ 1º** - Dar-se-á baixa da inscrição depois de verificada a procedência da comunicação, observando o disposto no artigo 38.

**§ 2º** - O não cumprimento da disposição deste artigo importará em baixa de ofício, acarretará ao contribuinte ao cumprimento dos impostos e taxas, como se estivesse no exercício da atividade que gerou o tributo além das penalidades cabíveis.

**§ 3º** - A baixa da inscrição não importará na dispensa do pagamento dos tributos devidos, inclusive os que venham a ser apurados através da revisão dos elementos fiscais e contábeis, pelo agente da Fazenda Municipal.

**§ 4º** - Será baixada de ofício a inscrição do contribuinte, pessoa física ou jurídica que não for localizado pelo fisco municipal no endereço fornecido para tributação, o que não eximirá o contribuinte das penalidades cabíveis e da quitação de quaisquer obrigações de sua responsabilidade.

## **SECÃO V**

### **Do Lançamento**

**Art. 34** - O imposto é lançado com base nos elementos do Cadastro Fiscal, anualmente, com relação às atividades exercidas por profissionais autônomos, e, mensalmente, quando exercidas por empresas ou a elas equiparadas, todas com base na Tabela VI anexa a esta Lei.

**Art. 35** - O caso de início de atividade sujeita à tributação sob a forma de trabalho pessoal, o lançamento corresponderá a tantos duodécimos do valor fixado na Tabela VI - I, quantos forem os meses de exercício, a partir, inclusive, daquela em que teve início.

**Parágrafo Único** - Quando se tratar de atividades temporárias o lançamento corresponderá a tantos duodécimos quantos forem o período de duração do serviço.

**Art. 36** - No caso de atividade iniciada antes de ser promovida a inscrição, o lançamento retroagirá ao mês de início.

**Parágrafo Único** - Por falta de apresentação da guia de recolhimento mensal e no caso previsto do artigo 34, determinará o lançamento de ofício.

**Art. 37** - A receita bruta, declarada pelo contribuinte, na guia de recolhimento, será a juízo da autoridade fiscal, posteriormente, revista e complementada, promovendo-se o lançamento aditivo, quando for o caso.

**Art. 38** - Determinada a baixa da atividade, o lançamento abrangerá o semestre ou o mês em que ocorrer a cessação da atividade sujeita ao imposto na forma de trabalho pessoal ou com base no preço do serviço.

**Art. 39** - A guia de recolhimento, para pagamento do imposto com base no preço do serviço, será preenchida pelo contribuinte, e obedecerá a modelo aprovada pela Fazenda Municipal.

**Art. 40** - O recolhimento será escriturado, pelo contribuinte, em livro de registro especial a que se refere ao artigo 50, dentro do prazo de quinze dias.

## **SEÇÃO VI**

### **Do Arbitramento e da Estimativa**

**Art. 41** – Entende-se por arbitramento o procedimento adotado pela autoridade fiscal para determinar a base de cálculo do imposto, após iniciada a ação fiscal, levando em conta indícios e presunções, através de circunstâncias que permitam induzir o montante da receita base de cálculo do imposto.

**Art. 42** – A receita base de cálculo do imposto será arbitrada pelo fisco Municipal nos casos em que:

I - O contribuinte não exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação de sua receita, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros ou documentos fiscais ou contábeis.

II - Houver fundadas suspeitas de que os documentos fiscais ou contábeis não reflitam na receita bruta realizada ou o preço real dos serviços.

III - O contribuinte não estiver inscrito no I.S.S.Q.N.

IV - O contribuinte não tenha efetuado os devidos registros contábeis, na forma da Lei.

V - Existência de atos qualificados em Lei como crime ou contravenções ou que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses que evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos e indiretos.

VI - Sejam omissas ou não mereçam fé as declarações ou esclarecimentos prestados pelo contribuinte ou por terceiros interessados.

VII - Deixar de cumprir o prazo da notificação preliminar para a apresentação de documentos.

VIII - Prática de subfaturamento.

IX - Flagrante insuficiência do imposto pago face ao volume dos serviços prestados sem que tenham sido efetuados os devidos registros fiscais e contábeis.

**Art. 43** – O arbitramento referir-se-á, exclusivamente, aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos do artigo anterior.

**Art. 44** – Nas hipóteses previstas no artigo 42, o arbitramento será fixado por despacho da autoridade fiscal, que considerará, conforme o caso:

I – os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;

II - peculiaridades inerentes à atividade exercida;

III – fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômica do sujeito passivo;

IV – preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração;

V – valor dos materiais empregados na prestação dos serviços e outras despesas tais como salários e encargos, pró-labores, aluguéis, comunicações e outros;

VI – outros valores declarados pelo contribuinte, com o fim de cumprir obrigações em outras repartições, sejam Federais e Estaduais.

**Art. 45** – O valor do imposto poderá ser fixado, pela autoridade fiscal, a partir de uma base de cálculo definida por estimativa:

I - Entende-se por estimativa o procedimento administrativo adotado pela fiscalização, com a participação do contribuinte, a fim de determinar a base de cálculo do imposto para períodos determinados, tendo em vista as peculiaridades da atividade ou de condições em que essa se realize.

II - A estimativa dar-se-á nos seguintes casos:

III – quando se tratar de atividade exercida em caráter eventual ou provisória e as previstas no par 6º do art 25;

IV – quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

V – quando se tratar de contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhe, a exclusivo critério da autoridade competente, tratamento fiscal específico;

**Art. 46** – A autoridade fiscal, para fixar a estimativa, levará em consideração, conforme o caso:

I – o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

II – o preço corrente dos serviços;

III – o local onde se estabelece ou se estabelecer o contribuinte;

IV – a natureza do acontecimento a que se vincule a atividade.

**Art. 47** – O regime de estimativa valerá no mínimo pelo prazo de 12 (doze) meses, para atividades de caráter continuado, podendo ser sucessivamente prorrogado por igual período conforme estabelecer o regulamento.

**Art. 48** – Sem prejuízo do disposto no artigo 149 do CTN, poderá a fiscalização, a qualquer tempo, dentro do prazo legal, promover a revisão do valor estimado, fixando novo montante, ou suspender o regime de estimativa.

## **SEÇÃO VII**

### **Do Documento Fiscal**

**Art. 49** - É obrigatória, por parte dos contribuintes sujeitos ao regime de lançamento por homologação, a emissão da nota fiscal de serviços em todas as operações que constituam ou possam vir a constituir fato gerador do imposto.

**Parágrafo Único** – Deverá ser conservada em bom estado, os documentos fiscais relacionados nesta Lei, assim como outros documentos auxiliares por 5 (cinco) anos, no mínimo, a contar da data de extinção do crédito.

**Art. 50** - O contribuinte sujeito ao regime de lançamento com base na receita bruta escriturará, em Livro de Registro Especial, dentro do prazo de 15 (quinze) dias no máximo, o valor diário dos serviços prestados, bem como emitirá para cada usuário, uma nota fiscal de serviços, de acordo com os modelos aprovados pela Fazenda Municipal.

**§ 1º** - Quando a natureza da operação, ou as condições em que se realizar tornar impraticável ou desnecessária a emissão de notas de serviços, a juízo da Fazenda Municipal, poderá ser dispensado o contribuinte para com estas exigências, calculando-se o Imposto com base na receita estimada ou apurada na forma estabelecida em regulamento.

**§ 2º** - A utilização de qualquer outro documento, que não o disposto no “caput” deste artigo dependerá de prévia autorização da Fazenda Municipal, através de requerimento.

**Art. 51** - A nota fiscal de prestação de serviço não poderá ser emendada ou rasurada de modo que lhe prejudique a clareza ou a veracidade.

**§ 1º** - A utilização de documentos fiscais que não tenham prévia autorização, e/ou esteja rasurada ou emendada sujeita o contribuinte às penalidades previstas em lei.

**§ 2º** - Quando ocorrer o cancelamento ou substituição de nota fiscal deverá constar o motivo pelo qual a mesma foi cancelada ou substituída.

**Art. 52** - A impressão das notas fiscais de prestação serviços e de outros documentos utilizados pelo contribuinte dependerá de prévia autorização da repartição Fazendária Municipal e deverá ser confeccionada por estabelecimentos

gráficos devidamente credenciados junto a Fazenda Municipal ou por outros processos, após análise do órgão fazendário municipal.

**§ 1º** - São considerados outros documentos:

- I – Romaneio;
- II – Pedido;
- III – Orçamento;
- IV – Outras denominações utilizadas.

**§ 2º** - As tipografias e estabelecimentos congêneres ficam obrigados a imprimir, no rodapé do documento fiscal, o número da autorização, data da impressão e numeração correspondente (ou suas identificações).

**§ 3º** - As tipografias e estabelecimentos congêneres são obrigados a manter, pelo prazo de 05 (cinco) anos, registros próprios das notas fiscais de serviços ou documentos equivalentes que imprimirem.

**§ 4º** - A série dos documentos fiscais será "M" e a validade dos mesmos de 2 (dois) anos.

**§ 5º** - Os documentos utilizados para diversões públicas de shows e espetáculos musicais terão sua validade limitada ao período ou data de sua realização.

**Art. 53** - Nas operações a vista, a nota de transação poderá ser substituída pelo cupom da máquina registradora, conforme dispuser o regulamento.

## **SEÇÃO VIII**

### **Da Escrita Fiscal**

**Art. 54** - O contribuinte sujeito ao regime de lançamento com base na receita bruta, escriturará, em Livro de Registro Especial, dentro do prazo de 15 (quinze) dias no máximo, o valor diário dos serviços prestados, bem como emitirá para cada usuário, uma nota fiscal de serviços, de acordo com os modelos aprovados pela Fazenda Municipal.

**Parágrafo Único** - Quando a natureza da operação, ou as condições em que se realizar tornar impraticável ou desnecessária a emissão de notas de serviços, a juízo da Fazenda Municipal, poderá ser dispensado o contribuinte para com estas exigências, calculando-se o Imposto com base na receita estimada ou apurada na forma estabelecida em regulamento.

## **SEÇÃO IX**

### **Da Substituição Tributária**

**Art. 55** - Na condição de substitutos tributários são responsáveis pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I – As empresas de construção civil e as incorporadoras por quaisquer serviços que contratar, inclusive pelo imposto devido sobre as comissões pagas às imobiliárias e aos corretores de imóveis;

II – O proprietário da obra de construção civil;

III – Os bancos e demais instituições financeiras pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;

IV – Os que se utilizarem de serviços de profissionais autônomos e não exigirem destes, prova de quitação fiscal ou de inscrição neste Município;

V – O Poder Público Municipal e a Câmara de Vereadores, pelo imposto devido sobre serviços de qualquer natureza a eles prestados, independentemente de possuírem inscrição ou não no cadastro municipal de contribuintes;

VI – Toda a empresa privada industrial, entidades associativas e recreativas, órgãos da administração direta da União, do Estado, bem como suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista sob seu controle e as fundações instituídas pelo Poder Público, pelo imposto incidente sobre os serviços de qualquer natureza a eles prestados, quando estes não possuírem a inscrição no cadastro municipal de contribuintes;

VII – As empresas de energia elétrica, telefonia, pelo imposto devido sobre serviços de qualquer natureza a eles prestados.

**§ 1º** - A responsabilidade prevista no caput deste artigo é inerente a todas pessoas jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou por isenção tributária, pelo valor do tributo a ser retido na fonte.

**§ 2º** - A responsabilidade de que trata o parágrafo primeiro deste artigo será satisfeita mediante pagamento do imposto devido, a título de retenção, com base no serviço prestado aplicado a alíquota correspondente, conforme a Tabela VI - II anexa ao CTM, nos prazos e forma estabelecidos na legislação tributária.

**§ 3º** - O recolhimento do imposto descontado na fonte ou, se for o caso, a importância que deveria ter sido descontada, far-se-á em nome do responsável pela retenção, e será acompanhado pela Declaração dos Serviços Contratados contendo o CAE, RG, CIC, CNPJ e mês de competência dos prestadores de serviço, cópia da nota fiscal, observando-se quanto ao prazo de recolhimento, o disposto em regulamento.

**§ 4º** - A responsabilidade decorrente deste artigo independe da natureza e forma da contratação.

**§ 5º** - O substituto tributário fica obrigado a reter e recolher o imposto pelo qual é responsável, na forma e nos prazos fixados nos termos da Lei, e o não cumprimento das disposições sujeita o responsável à sanção prevista no artigo 161 deste código.



**§ 6º** - Os substitutos tributários manterão cópia da Declaração de Serviços Contratados, pelo prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, para exame do fisco municipal quando solicitado.

**§ 7º** - Caso não promova a retenção na fonte, o tomador dos serviços deverá recolher, no prazo fixado nesta Lei, o imposto incidente sobre o preço do serviço correspondente, independente de notificação, sob pena de não o fazendo, a imposição da multa prevista no artigo 161 deste código.

### **CAPÍTULO III**

## **DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" DE BENS IMÓVEIS**

### **SEÇÃO I**

#### **Da Incidência**

**Art. 58** - O Imposto sobre a Transmissão "Inter-Vivos", por ato oneroso de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade, ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definidos na Lei civil;

II - a transmissão, a qualquer título de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos itens anteriores.

**Art. 59** - Considera-se ocorrido o fato gerador:

I - na adjudicação e na arrematação, na data da assinatura do respectivo auto;

IaI - na adjudicação sujeita à licitação e na adjudicação compulsória, na data em que transitar em julgado a sentença adjudicatória;

III - na dissolução da sociedade conjugal, relativamente ao que exceder à meação, na data em que transitar em julgado a sentença que homologar ou decidir a partilha;

IV - no usufruto de imóvel, decretado pelo juiz de execução na data em que transitar em julgado a sentença que o constituir;

V - na extinção de usufruto, na data em que ocorrer o fato ou ato jurídico determinante da consolidação da propriedade na pessoa do nú-proprietário;

VI - na remissão na data do depósito em juízo;

VII - na data da formalização do ato ou negócio jurídico;

a) na compra e venda pura ou condicional;

b) na dação em pagamento;

c) no mandato em causa própria e seus substabelecimentos;

d) na permuta;

e) na cessão de contrato de promessa de compra e venda;

f) na transmissão do domínio útil;

g) na instituição de usufruto convencional;

- h) nas demais transmissões de bens imóveis ou de direitos reais sobre os meses, não previstas nas alíneas anteriores, incluída a cessão de direitos à aquisição.

**Parágrafo Único** - Na dissolução da sociedade conjugal, o excesso de meação, para fins de imposto, é o valor em bens imóveis, incluído no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse 50% do total partilhável.

**Art. 60** - Consideram-se bens imóveis para os fins de imposto:

- I - o solo com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e os frutos pendentes, o espaço aéreo e o sub-solo;
- II - tudo quanto o homem incorporar permanente ao solo como as construções e a semente lançada a terra, de modo que não se possa retirar sem destruição, modificação fratura ou dano.

## **SEÇÃO II**

### **Do Sujeito Passivo**

**Art. 61** - Contribuinte do imposto é:

- I - nas cessões de direito, o cedente;
- II - na permuta, cada um dos permutantes em relação ao imóvel ou ao direito adquirido;
- III - nas demais transmissões, o adquirente do imóvel ou do direito transmitido.

## **SEÇÃO III**

### **Da Base de Cálculo**

**Art. 62** - A base de cálculo de imposto é o valor venal do imóvel objeto da transmissão ou da cessão de direitos reais a eles relativos, no momento da avaliação fiscal.

**§ 1º** - Na avaliação fiscal dos bens imóveis ou dos direitos reais a eles relativos, poderão ser considerados, dentre outros elementos, os valores correntes das transações de bens da mesma natureza no mercado imobiliário, valores de cadastro, declaração do contribuinte, na guia de imposto, característica do imóvel como forma, dimensões, tipo, utilização, estado de conservação, custo unitário de construção, infra-estrutura urbana, e valores de áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes.

**§ 2º** - A avaliação prevalecerá pelo prazo de 30 dias, contados da data em que tiver sido realizada, findos os quais, sem o pagamento do imposto, deverá ser feita nova avaliação.

**Art. 63** - São, também bases de cálculo do imposto:

- I - o valor do imóvel aforado, na transmissão de domínio útil;
- II - o valor venal do imóvel objeto de instituição ou de extinção de usufruto;
- III - o preço pago na arrematação e na adjudicação de imóvel.

**Art. 64** - Não se inclui na avaliação fiscal do imóvel o valor da construção nele executado pelo adquirente e comprovada mediante exibição dos seguintes documentos:

- I - projeto aprovado e licenciado para a construção;
- II - nota fiscal do material adquirido para a construção;
- III - por quaisquer outros meios de provas idôneas, a critério do fisco.

**Art. 65** - a alíquota do imposto é:

- I - Nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação:
  - a) sobre o valor financiado, 0,5%;
  - b) sobre o valor não financiado, 2,5%.
- II - Nas demais transmissões, 2,5%.

## **SEÇÃO IV**

### **Do Prazo de Pagamento**

**Art. 66** - O imposto será pago:

- I - na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública, antes de sua lavratura;
- II - na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escrito particular, no prazo de 15 dias contados da data de assinatura deste e antes de sua transcrição no ofício competente;
- III - na arrematação, no prazo de 60 dias contados da assinatura do auto e antes da expedição da respectiva carta;
- IV - na adjudicação, no prazo de 60 dias contados da data da assinatura do auto ou, havendo licitação, do trânsito em julgado da sentença de adjudicação e antes da expedição da respectiva carta;
- V - na adjudicação compulsória, no prazo de 60 dias, contados da data em que transitar em julgado a sentença de adjudicação e antes de sua transcrição no ofício competente;
- VI - na extinção do usufruto, no prazo de 60 dias contados do fato ou ato jurídico determinante da extinção e:
  - a) antes da lavratura, se por escritura pública;
  - b) antes do cancelamento da averbação no ofício competente nos demais casos;
- VII - na dissolução da sociedade conjugal relativamente ao valor que exceder à meação, no prazo de 30 dias contados da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo;
- VIII - na remissão, no prazo de 60 dias, contados da data do depósito e antes da expedição da respectiva carta;

IX - no usufruto de imóveis concedido pelo juiz de execução, no prazo de 60 dias, contados da data da publicação;

X - nas cessões de direitos hereditários:

- a) antes de lavrada a escritura pública, se o contrato tiver por objeto bem imóvel certo e determinado;
- b) no prazo de 30 dias, contados da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo:
  1. nos casos em que somente com a partilha se puder constatar que a cessão implica a transmissão do imóvel;
  2. quando a cessão se formalizar nos autos do inventário mediante termos de cessão ou desistência;

XI - nas transmissões de bens imóveis ou direitos reais a eles relativos não referidos nos incisos anteriores, no prazo de 30 dias, contados da ocorrência do fato gerador e antes do registro do ato no ofício competente.

**Art. 67** - Fica facultado o pagamento antecipado do imposto correspondente à extinção do usufruto, quando da alienação do imóvel com reserva daquele direito na pessoa alienante, ou com a sua concomitante instituição em favor de terceiro.

**Parágrafo Único** - o pagamento antecipado nos moldes deste artigo elide a exigibilidade do imposto quando da ocorrência do fato gerador da respectiva obrigação tributária.

**Art. 68** - Fica prorrogado para o primeiro dia útil subsequente o término do prazo de pagamento do imposto que recair em dia que não ocorra expediente normal na Prefeitura Municipal e no Banco credenciado.

## **SEÇÃO V**

### **Das Obrigações de Terceiros**

**Art. 69** - Não poderão ser lavradas, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabeliões, Escrivões, e oficiais de registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem prova do pagamento do imposto devido, ou do recolhimento da imunidade, da não incidência e da isenção.

**§ 1º** - Tratando-se de transmissão de domínio útil, exigir-se-á, também, a prova de pagamento do laudêmio e da concessão da licença quando for o caso.

**§ 2º** - Os tabeliões ou os escrivões farão constar, nos atos e termos que lavrarem, a avaliação fiscal, o valor do imposto, a data de seu pagamento e o número atribuído à guia pela Secretaria Municipal da Fazenda ou, se for o caso, a identificação do documento comprobatório do reconhecimento da imunidade, não incidência e isenção tributária.

## **TÍTULO III**

## **DAS TAXAS**

### **CAPÍTULO I DA TAXA DE EXPEDIENTE**

#### **SEÇÃO I Da Incidência**

**Art. 70** - A Taxa de Expediente é devida por quem se utilizar de serviço do Município e que resulte na expedição de documentos ou pratica de ato de sua competência.

**Parágrafo Único** – Excetuam-se do objeto do caput as situações enquadradas no inciso XXXIV, alíneas “a” e “b” do artigo 5º da Constituição Federal.

**Art. 71** - A expedição de documento ou a prática de atos referidos no artigo anterior, será sempre resultante de pedido por escrito.

**Parágrafo Único** - A taxa será devida:

I - Por requerimento, independente de expedição de documentos ou prática de ato nele exigido;

II - Tantas vezes quantas forem as providências que idênticas ou semelhantes sejam individualizáveis;

III - Por inscrição em concurso;

IV - Outras situações não especificadas.

#### **SEÇÃO II Da Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 72** - A taxa, diferenciada em função da natureza do documento ou ato administrativo que lhe der origem, é calculada com base nas alíquotas fixas ou variáveis da Tabela I anexa.

#### **SEÇÃO III Do Lançamento**

**Art. 73** - A taxa de expediente será lançada quando couber, simultaneamente com a arrecadação.

#### **SEÇÃO IV Do Pagamento**

**Art. 74** - O recolhimento da taxa de expediente será feito por meio de guia, fornecida pela Prefeitura Municipal, antes de protocolado o requerimento, lavrado o ato ou registrado o contrato, conforme o caso.

**Art. 75** - Toda solicitação somente poderá dar entrada na Prefeitura Municipal através do Protocolo Geral.

**Parágrafo Único** - O indeferimento do pedido, a formulação de novas exigências ou a desistência do peticionário não dão origem a restituição da taxa.

## **CAPÍTULO II**

### **DA TAXA DE COLETA DE LIXO**

#### **SEÇÃO I**

##### **Do Fato Gerador**

**Art. 76** - A taxa de coleta de lixo tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, remoção, transporte e destinação final do lixo prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

#### **SEÇÃO II**

##### **Do Sujeito Passivo**

**Art. 77** – O contribuinte da taxa de coleta de lixo é o proprietário, o titular do domínio útil ou seu possuidor a qualquer título de imóvel beneficiado pelo respectivo serviço efetivo ou potencialmente.

#### **SEÇÃO III**

##### **Da Base de Cálculo e Alíquota**

**Art. 78** - A taxa será calculada, anualmente, com base no valor da Unidade Fiscal Municipal (UPM), em função da destinação de uso, localização e a área do imóvel beneficiado, número de vezes que o serviço é prestado, correspondendo seu valor ao constante da Tabela II anexa.

#### **SEÇÃO IV**

##### **Do Lançamento e Arrecadação**

**Art. 79** - O lançamento da taxa de coleta de lixo será feito anualmente e sua forma de arrecadação e prazo de pagamento poderão coincidir com o Imposto Predial e Territorial Urbano.

**§ 1º** - Nos casos em que o serviço esteja instituído no decorrer do exercício, a taxa será lançada e cobrada a partir do mês seguinte ao do início da prestação dos serviços em conhecimento de arrecadação fornecido pela Prefeitura Municipal.

**§ 2º** - Quando constatada divergência entre os dados cadastrados e a situação fática, será cobrada a diferença da taxa a partir do mês seguinte ao da constatação.

## **CAPÍTULO III**

### **DA TAXA POR ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

#### **SEÇÃO I**

##### **Da Incidência**

**Art. 80** – A taxa por atos de vigilância sanitária municipal é devida pela pessoa física ou jurídica relacionados direta ou indiretamente com a saúde pública, que exerçam atividades fiscalizadas pela Fiscalização Sanitária do Município, nas seguintes situações:

I - Vistoria Sanitária, a pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa ou rotina;

II - Vistoria Prévia, realizada sempre para instruir o processo para a concessão de Alvará Sanitário;

III - Concessão de Alvará Sanitário, entendida como Autorização Sanitária para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da Vigilância Sanitária Municipal;

IV - Concessão de Licença Especial, entendida como Autorização Sanitária para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior;

V - Concessão de Licença Provisória, entendida como Autorização Sanitária para a realização de atividades por prazo pré-determinado, desde que não ultrapasse o prazo estipulado;

VI - Fornecimento de Certidão, Declaração ou Atestado relativos à assuntos atribuíveis à Secretaria de Município da Saúde;

VII – Inspeção Sanitária para atender denúncias de infrações que possam estar ocorrendo em comprometimento a saúde pública, e de rotina em estabelecimentos, imóveis, bens, produtos ou serviços que, por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento e/ou divulgação, e de outras de interesse da saúde pública, desde que registradas no Livro de Ocorrências.

#### **SEÇÃO II**

##### **Do Sujeito Passivo**

**Art. 81** – Entende-se por sujeito passivo toda pessoa física e/ou jurídica, regular ou de fato, que tenha domicílio, residência ou realize atividades dentro da esfera de atos de competência da vigilância sanitária municipal.

#### **SEÇÃO III**

##### **Da Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 82** – Os valores das taxas dos atos de vigilância sanitária municipal, são previstas na Tabela VII anexa a presente Lei.

#### **SEÇÃO IV**

## **Da Inscrição**

**Art. 83** – É obrigatória a inscrição de qualquer pessoa física ou jurídica que exerça atividades dentro da esfera de competência da vigilância sanitária municipal.

## **SEÇÃO V**

### **Do Lançamento, Da Arrecadação e Prazo Pagamento**

**Art. 84** – A taxa dos atos de vigilância sanitária será lançada e recolhida previamente, quando da inclusão para licenciamento, alteração ou realização de eventos.

**Art. 85** – Nos demais casos a taxa dos atos da vigilância sanitária deverá ser paga até o dia 31 de março de cada ano.

**Parágrafo Único** – O pagamento da taxa fora do prazo fixado no “caput” deste artigo implicará na aplicação de acréscimos previstos no artigo 179 desta Lei.

## **SEÇÃO VI**

### **Das Disposições Gerais**

**Art. 86** – Além das disposições contidas neste capítulo os atos da vigilância sanitária, concernentes à saúde da população, deverão ser atendidas as legislações Estadual e Federal sobre o assunto.

**Art. 87** – Após o pagamento da taxa e efetuada a inspeção sanitária, será expedido o Certificado de Fiscalização e Inspeção Sanitária correspondente à fiscalização sanitária da Secretaria Municipal da Saúde.

**Art. 88** – O Certificado de que trata o artigo anterior terá validade até 31 de março do exercício seguinte.

**Art. 89** – Os estabelecimentos que iniciarem suas atividades após a data de 31 de março efetuarão o recolhimento na proporção de 1/12 sobre o valor correspondente ao mês do encaminhamento, multiplicado pelo meses que faltam para completar o exercício.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO E DE ATIVIDADES**

## **SEÇÃO I**

### **Da Incidência**



**Art. 90** - A taxa de licença de localização de estabelecimento é devida pela pessoa física ou jurídica que no Município se instale para exercer qualquer atividade comercial, industrial ou prestação de serviço de caráter permanente, eventual ou transitório.

**§ 1º** - Em decorrência da licença, o Município fornecerá o Alvará de Localização para a prestação de serviços por profissional liberal de nível superior ou técnico, bem como para estabelecimentos industriais, comerciais ou de prestação de serviços, o qual terá caráter permanente para o local e condições solicitados.

**§ 2º** - No exercício do Poder de Polícia da Administração Pública, as autoridades municipais, visando conciliar a atividade pretendida com o planejamento físico e o desenvolvimento sócio-econômico do Município, levarão em conta, entre outros fatores:

- I - o ramo de atividade a ser exercido;
- II - localização do estabelecimento, se for o caso;
- III - os benefícios resultantes para a comunidade.

**§ 3º** - No caso de feiras livres, eventuais ou não, a taxa será devida por cada um dos expositores.

**Art. 91** - O lançamento ou pagamento da taxa não implica no reconhecimento da regularidade da atividade.

**Art. 92** - Fica proibida a instalação de qualquer estabelecimento, bem como o exercício de atividade ambulante sem a prévia licença do Município.

**§ 1º** - Entende-se por atividade ambulante a exercida em tendas, individualmente ou em veículos automotores, de tração animal ou manual, inclusive quando localizados em feiras.

**§ 2º** - A licença é comprovada pela posse do respectivo alvará, o qual deverá ser:

- I - colocado em lugar visível do estabelecimento;
- II - conduzido pelo titular (beneficiário) da licença quando a atividade não for exercida em local fixo.

**§ 3º** - A licença abrangerá todas as atividades, desde que exercidas em um só local por um só meio e pela mesma pessoa física ou jurídica, excetuando-se o caso de jogos, o qual dependerá de um alvará específico, e de feiras eventuais, que deverão ter um alvará para cada expositor.

**§ 4º** - Deverá ser requerida no prazo de 30 (trinta) dias a alteração de nome, firma, razão social, localização ou atividade.

**§ 5º** - O encerramento da atividade deverá ser comunicado no prazo de 30 (trinta) dias para efeito de cancelamento.

**§ 6º** - O cancelamento de ofício da inscrição ocorrerá sempre que constatado que o contribuinte encerrou suas atividades naquele local.

**Art. 93** - Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que de idêntico ramo de inscrição, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócios, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos;

**Parágrafo Único** - Não são considerados locais distintos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel, desde que interligados.

## **SEÇÃO II**

### **Da Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 94** - A taxa, diferenciada em função da natureza da atividade, é calculada em função das alíquotas fixas constantes da Tabela III anexa, tendo por base o valor da Unidade Fiscal Municipal.

## **SEÇÃO III**

### **Do Lançamento e Arrecadação**

**Art. 95** - A Taxa de Licença de Localização ou Alvará de Estabelecimentos e de Atividades será lançada, quando couber, simultaneamente com a liberação.

**§ 1º** - A taxa de licença de localização será devida por ocasião da instalação do estabelecimento.

**§ 2º** - A taxa de licença de localização poderá ser lançada e arrecadada juntamente com o ISSQN quando devido em cota fixa, conforme estabelecido na Tabela III anexa.

**§ 3º** - Quando a localização da atividade se verificar após o mês de janeiro, o lançamento se fará proporcionalmente ao valor anual.

**§ 4º** - Quando se tratar de atividades temporárias o lançamento corresponderá a tantos duodécimos quantos forem o período de duração do serviço.

**Art. 96** – A administração poderá promover, de ofício, alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando não efetuadas pelo sujeito passivo ou quando apresentarem erro, omissão ou falsidade.

## **CAPÍTULO V**

### **DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

#### **SEÇÃO I**

##### **Da Incidência**

**Art. 97** - A taxa de licença para execução de obras é devida pelo contribuinte, cujo imóvel receba benfeitoria que dependa de licenciamento.

**§ 1º** - A taxa incide sobre qualquer ato administrativo ou serviço prestado pelo Município, relacionados com a execução de obras.

**§ 2º** - A taxa incide ainda sobre:

- I - A fixação do alinhamento;
- II - Aprovação ou revalidação de projeto
- III - Licença para execução de obra;
- IV - A prorrogação de prazo para execução de obra
- V - A vistoria e expedição da carta habitação;
- VI – Numeração de prédios.

**Art. 98** - Nenhuma obra de construção civil, pública ou privada, será iniciada sem projeto aprovado e prévia licença do Município.

**§ 1º** - Incluem-se na obrigação do “caput” do artigo, as obras aéreas, no solo e subsolo das vias públicas realizadas por particulares, mesmo se concessionários ou permissionários de serviços públicos.

**§ 2º** - A licença para execução de obra será comprovada através de Alvará, cuja renovação será concedida mediante vistoria do poder público.

**§ 3º** - A licença terá validade para um ano, podendo ser prorrogada por iguais períodos ou conforme estabelece o item 1.3.1. da Tabela IV anexa.

#### **SEÇÃO II**

##### **Da Base de Cálculo e Alíquota**

**Art. 99** - A taxa, diferenciada em função da natureza do ato administrativo, é calculada em função de alíquotas fixa constantes da Tabela IV anexa, tendo por base a Unidade Fiscal Municipal.

### **SEÇÃO III**

#### **Do Lançamento e Arrecadação**

**Art. 100** - A taxa será lançada simultaneamente com a arrecadação.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS**

#### **SEÇÃO I**

##### **Da Incidência**

**Art. 101** - A taxa de serviços diversos é devida pela execução dos seguintes serviços:

- I - depósito e liberação de bens, animais e mercadorias apreendidas;
- II - cemitérios;
- III - limpeza em terrenos particulares que estejam causando transtorno;
- IV - recomposição de pavimentação e calçadas;
- V - outros, conforme definidos na Tabela V.

**Parágrafo Único** - A taxa a que se refere este artigo é devida:

- a) na hipótese do inciso I deste artigo pelo proprietário possuidor a qualquer título ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que requeira, promova ou tenha interesse na liberação dos bens, animais ou mercadorias apreendidos;
- b) na hipótese do inciso II, pela pessoa física ou jurídica responsável pelo “de cujus”;
- c) na hipótese do inciso III, pelo proprietário, promitente comprador ou possuidor do terreno;
- d) na hipótese do inciso IV e V, pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis e qualquer outra pessoa física ou jurídica que requeira, promova ou tenha interesse no serviço.

#### **SEÇÃO II**

##### **Da Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 102** - A taxa de serviços diversos será calculada mediante aplicação dos percentuais relacionados na Tabela V anexa, que integra esta Lei, sobre a Unidade Fiscal Municipal.

**Parágrafo Único** - O pagamento da taxa prevista no artigo 101, inciso I, não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

#### **SEÇÃO III**

## **Do Lançamento e Arrecadação**

**Art. 103** - A taxa de serviços diversos será lançada e arrecadada anteriormente a execução dos serviços.

**§ 1º** - Quando da ocorrência dos serviços dos incisos II, III, IV e V do artigo 101, desta lei, a taxa deverá ser recolhida até 15 (quinze) dias após a ocorrência do fato gerador pelo responsável.

**§ 2º** - Quando se tratar de aquisição de terrenos para o cemitério o valor poderá ser parcelado em até três (03) vezes.

## **CAPÍTULO VII DA TAXA DE VISTORIAS**

### **SEÇÃO I Da Incidência**

**Art. 104** - A taxa de vistoria é devida pelo exercício regular do poder de polícia administrativa do município, em verificações ou diligências por parte dos órgãos próprios do Município.

**§ 1º** - O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades, lucrativas ou não, e a quaisquer atos a serem praticados ou exercidos no território do Município, dependentes, nos termos desta Lei, de prévio licenciamento, permissão ou autorização do Município.

**§ 2º** - A taxa a que se refere este artigo é devida nos seguintes casos:

I - vistoria de veículos concessionários do serviço público municipal;

II - vistoria de elevadores;

III - vistoria de caixas d'água de edifícios;

IV - vistorias para verificação do regular funcionamento das atividades licenciadas pelo Município, visando a manutenção das condições de localização concernentes a segurança, a higiene, a saúde, a vigilância sanitária, a ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do poder público, a tranquilidade pública, ao respeito a propriedade e aos direitos individuais e coletivos, bem como para garantir o cumprimento da legislação urbanística e demais normas de posturas;

V - nas demais verificações ou diligências, no sentido de verificar o cumprimento das exigências contidas na prévia concessão ou autorização;

VI - vistoria para verificação das condições ambientais do empreendimento.

**§ 3º** - na hipótese do inciso I do § 2º, pela pessoa física ou jurídica proprietária de veículo concessionário de serviço público;

**§ 4º** - na hipótese do inciso II e III do § 2º, pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis ou condomínio do edifício, aplicando-se, no que couber, a regra de solidariedade;

**§ 5º** - Na hipótese do inciso IV e V do § 2º deste artigo, a taxa de vistoria é devida pela pessoa física ou jurídica que no município se instale para exercer quaisquer atividades comerciais industriais ou prestação de serviços de caráter permanente, eventual ou transitório, bem como aquelas que fizerem uso do solo em bens de uso comum do povo dependentes de prévio licenciamento, permissão ou autorização.

## **SEÇÃO II**

### **Da Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 105** - As taxas são diferenciadas em função da natureza do serviço e serão calculadas mediante aplicação sobre a Unidade Fiscal Municipal dos percentuais relacionados na tabela anexa a esta Lei.

## **SEÇÃO III**

### **Do Lançamento e Arrecadação**

**Art. 106** - A taxa de vistoria prevista no § 2º do artigo 104 será lançada e arrecadada:

I – Na hipótese dos Incisos I, II, V e VI serão lançadas simultaneamente com a arrecadação;

II – Na hipótese do Inciso III será lançada e arrecadada conforme artigo 85 desta Lei;

III – Na hipótese do Inciso IV será lançada anualmente e arrecada até o dia 28 de fevereiro.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA TAXA DE PUBLICIDADE**

## **SEÇÃO I**

### **Da Incidência**

**Art. 107** - A taxa decorre da autorização de publicidade a qualquer pessoa física ou jurídica, que utilize ou explore publicidade, por qualquer meio ou processo, nas vias e logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso comum.

**Art. 108** - A autorização referida no artigo anterior deverá ser requerida previamente e incluem-se na sua obrigatoriedade:

I - os cartazes, letreiros, propaganda, quadros, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros ou tapumes, veículos ou calçadas;

II - os anúncios que, embora apostos em terrenos ou próprios de domínio privado, forem visíveis dos lugares públicos;

III - a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas, assim como os feitos por meio de cinema ambulante, ainda que mudo.

**§ 1º** - As atividades não constantes nos incisos deste artigo, bem como as normas e condições para utilização das vias e logradouros públicos e os lugares de acesso comum para publicidade, serão regidas de acordo com o disposto no Código Posturas do Município.

**§ 2º** - Não se enquadrando em nenhum dos tipos discriminados da Tabela V anexa, a taxa será estipulada com base no tipo com o qual guardar maior identidade de características.

**§ 3º** - A incidência da taxa independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei.

**Art. 109** - São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa àqueles que, direta ou indiretamente, sejam beneficiados pelo anúncio.

**Art. 110** - O sujeito passivo da taxa deverá promover a sua inscrição no Cadastro Municipal, na forma e prazos estabelecidos em regulamento.

**§ 1** - A Administração poderá promover de ofício a inscrição, assim como as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**§ 2º** - Ficam os anunciantes obrigados a colocar nas publicidades sujeitas a taxa um número de identificação fornecido pela repartição competente.

## **SEÇÃO II**

### **Da Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 111** - A taxa será calculada por meio das alíquotas constantes da Tabela V anexa a presente Lei, tendo por base a Unidade Fiscal Municipal.

## **SEÇÃO III**

### **Do Lançamento e Arrecadação**

**Art. 112** - O lançamento e arrecadação serão efetuados no ato, quando da respectiva autorização pelos serviços constantes do artigo 108.

## **CAPÍTULO IX**

### **DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO USO DO SOLO EM BENS DE USO COMUM DO POVO**

#### **SEÇÃO I**

##### **Da Incidência**

**Art. 113** - A taxa de ocupação e uso do solo será devida nos seguintes casos:

- I - pelo uso do solo em áreas de uso comum do povo;
- II - pelo uso do solo em áreas de uso especial;
- III - pela utilização de próprios do município.

**Parágrafo Único** - O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades, lucrativas ou não, e a quaisquer atos a serem praticados ou exercidos no território do Município, dependentes, nos termos deste Código, de prévia autorização do Município.

#### **SEÇÃO II**

##### **Da Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 114** - As taxas, diferenciadas em função da natureza do serviço, serão calculadas mediante aplicação dos valores relacionados na Tabela III que integra este Código.

**Parágrafo Único** - O pagamento da taxa prevista no artigo 113 não exime do cumprimento das demais obrigações e penalidades cabíveis.

#### **SEÇÃO III**

##### **Do Lançamento e Arrecadação**

**Art. 115** - O lançamento e arrecadação da taxa serão feito no ato, quando da respectiva autorização.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo da responsabilidade penal, o não recolhimento da taxa prevista no artigo 113, sujeitará o infrator as penalidades previstas nesta lei.

## **TÍTULO IV**

### **DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

##### **SEÇÃO I**

##### **Do Fato Gerador e da Incidência**



**Art. 116** - A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a realização, pelo Município, de obra pública da qual resulte valorização aos imóveis por ela atingidos.

**Parágrafo Único.** Considera-se ocorrido o fato gerador da Contribuição de Melhoria na data da conclusão da referida obra neste artigo.

**Art. 117** - Será incidente a Contribuição de Melhoria e, em razão disso, dos titulares de imóveis beneficiados, em virtude da realização de qualquer das seguintes obras públicas:

- I** – Abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos e praças e vias públicas;
- II** – Construção ou ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
- III** – Construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
- IV** – Serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos sanitários, instalações, instalações de redes elétricas telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;
- V** – Proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas e obras de saneamento e drenagem em geral, diques, canais, desobstrução de barras e canais d'água, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;
- VI** – Construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
- VII** – Construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;
- VIII** – Aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico;
- IX** – Outras obras de interesse público.

**Parágrafo Único** – As obras elencadas no caput poderão ser executadas pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta do Poder Público Municipal ou empresas por ele contratadas, sendo este fato irrelevante quanto à exigência do tributo.

## **SEÇÃO II**

### **Do Sujeito Passivo**

**Art. 118** - O sujeito passivo da obrigação tributária, resultante da incidência da Contribuição de Melhoria, é o titular do imóvel, direta ou indiretamente, beneficiado pela execução da obra.

**Art. 119** - Para efeitos desta Lei, considera-se titular do imóvel aquele que ocupar a condição de proprietário, detentor do domínio útil ou possuidor a qualquer título, ao

tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se esta responsabilidade aos adquirentes e sucessores, a qualquer título do imóvel.

**§ 1º** - No caso do enfiteuse ou aforamento, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta ou foreiro.

**§ 2º** - Os bens indivisos serão lançados em nome de um só dos proprietários, tendo o mesmo o direito de exigir dos demais as parcelas que lhe couberem.

**§ 3º** - Quando houver condomínio, quer de simples terreno quer com edificações, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de sua quota.

**Art. 120** - A Contribuição de Melhoria será cobrada dos titulares de imóveis de domínio privado, salvo as exceções, nesta Lei, apontadas.

### **SEÇÃO III**

#### **Do Programa de Execução de Obras**

**Art. 121** - As obras ou melhoramento que justifiquem a cobrança da Contribuição de Melhoria enquadrar-se-ão em programa ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria administração, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### **SEÇÃO IV**

#### **Da Fixação da Zona de Influência e dos Coeficientes de Participação dos Imóveis**

**Art. 122** - A fixação da zona de influência das obras públicas e dos coeficientes de participação dos imóveis nela situados será procedida pelo órgão competente do Município em relação a cada obra e obedecerá ao critério da valorização do imóvel.

### **SEÇÃO V**

#### **Do Cálculo, do Lançamento e da Arrecadação**

**Art. 123** - A Contribuição de Melhoria, no que se refere ao cálculo, tem como Limite Total à despesa realizada com a execução da obra e, como Limite Individual, o Acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

**Parágrafo Único** – Na verificação do custo da obra serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmio de reembolso e outros de praxe em financiamentos ou empréstimos, bem como demais investimentos a ela imprescindíveis, e terá a sua expressão monetária atualizada, na época de lançamento, mediante a aplicação de coeficientes de correção monetária.

**Art. 124** - O cálculo da Contribuição de Melhoria será procedido da seguinte forma:

- I** – A administração definirá, anualmente, com base nas leis que estabelecem o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, as obras ou sistema de obras a serem realizadas e que, por sua natureza e alcance, comportarem a cobrança de Contribuição de Melhoria, lançado em planta própria sua localização;
- II** – A administração elaborará ou encomendará o memorial descritivo da obra e o seu orçamento detalhado de custo, observado o disposto no parágrafo único, do Artigo 123;
- III** – O órgão administrativo delimitará, na planta a que se refere o inciso I, uma área em redor da obras objeto da cobrança, de modo a garantir o relacionamento dos imóveis que, direta ou indiretamente, sejam beneficiados pela obra, sem preocupação da exclusão, nessa fase, de imóveis que, mesmo próximos à obra, não venham a ser por ela beneficiados;
- IV** – O órgão competente relacionará em lista própria todos os imóveis que se encontram dentro da área delimitada na forma do inciso anterior, atribuindo-lhes um número de ordem;
- V** – Será fixado, por meio de avaliação procedida pelo Poder Público, o valor de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV, independente dos valores que constarem do cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de sua consulta quando este estiver atualizado em face do valor de mercado dos imóveis;
- VI** – Será estimado, por intermédio de novas avaliações, realizadas pelo Poder Público, o valor que cada imóvel terá após a execução da obra, levando em conta a hipótese da obra concluída e em condições de influenciar no processo de formação do valor do imóvel;
- VII** - Serão lançados, na relação a que se refere o inciso IV, em duas colunas separadas e na linha correspondente à identificação de cada imóvel, os valores fixados na forma do inciso V e estimados na forma do inciso IV;
- VIII** – Serão lançados, na relação a que se refere o inciso IV, em outra coluna na linha correspondente à identificação de cada imóvel, a valorização em decorrência da execução da obra pública, assim entendida a diferença, para cada imóvel, entre o valor estimado na forma do inciso VI e o fixado na forma do inciso V;
- IX** – Serão somadas as quantias correspondentes a todas as valorizações, obtidas na forma do inciso anterior;
- X** – A Administração definirá em que proporção o valor da obra será recuperado através da cobrança da Contribuição de melhoria;
- XI** – O órgão competente calculará o valor da Contribuição de melhoria devida pelos titulares de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV, por meio de um sistema de proporção simples (regra de três), no qual o somatório das valorizações (inciso IX)

está para cada valorização (inciso VIII) assim como a parcela do custo a ser recuperada (inciso X) está para cada Contribuição de melhoria.

**§ 1º** - Correspondendo a uma simplificação matemática do processo estabelecido no inciso XI, o valor de cada Contribuição de melhoria poderá ser determinado multiplicando-se o valor de cada valorização (inciso VII) por um índice ou coeficiente correspondente ao resultado da divisão da parcela do custo a ser recuperada (inciso X) pelo somatório das valorizações (inciso IX).

**§ 2º** - A percentagem do custo da obra a ser cobrada como Contribuição de Melhoria, a que se refere o inciso X deste artigo, será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

**§ 3º** - Para a fiel observância do limite individual da Contribuição de melhoria, como definido no caput, do Artigo 123, a parcela do custo da obra a ser recuperada não poderá ser superior a soma das valorizações, obtida na forma do inciso IX deste artigo.

**Art. 125** - A apuração da valorização ocorrida nos imóveis atingidos pela execução da obra pública será definida por ato próprio do Poder Executivo para cada obra, onde constará o percentual de valorização dos imóveis, que serão aplicados sobre o valor atualizado de cada imóvel atingido.

**Art. 126** - Os contribuintes lindeiros à obra que receberem diretamente o benefício responderão, no mínimo, por 50% (cinquenta por cento) do valor do custo da obra a ser recuperada pela cobrança do tributo.

**Parágrafo Único** – Os contribuintes referidos no caput poderão responder pela porcentagem restante, em função do tipo, das características, da irradiação dos efeitos e da localização da obra, respeitado o limite individual o que se refere o caput do Artigo 123.

**Art. 127** – Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, o poder Público Municipal procederá os atos administrativos necessários à realização do lançamento do tributo no que se refere a esses imóveis, em conformidade com o disposto neste Capítulo.

**Art. 128** – Para a cobrança da Contribuição de Melhoria a Administração deverá publicar edital contendo, entre outros, os seguintes elementos:

- I – Delimitação da área obtida na forma do inciso III, do Artigo 124 e relação de imóveis nela compreendidos;
- II – Memorial descritivo do projeto;
- III – Orçamento total ou parcial do custo das obras;

- IV** – Percentual de participação do Município, se for o caso;
- V** – Determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente valor a ser pago por parte de cada um dos imóveis, calculado na forma do Artigo 124;
- VI** – Prazo e condições de pagamento, bem como, as datas de vencimentos, o local onde o tributo deve ser pago e acréscimos incidentes;
- VII** – Referência ao prazo de impugnação;

**Parágrafo Único** – O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas, em execução, constantes de projeto ainda não concluído.

**Art. 129** – O órgão encarregado do lançamento deverá escriturar, em registro próprio, o valor da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o sujeito passivo, pessoalmente, do lançamento do tributo, por intermédio de servidor público ou aviso postal.

**§ 1º** - Considera-se efetiva a notificação pessoal quando entregue no endereço indicado pelo contribuinte, constante do cadastro imobiliário utilizado, pelo Município, para o Lançamento do IPTU.

**§ 2º** - A notificação referida no caput deverá conter, ainda que de forma resumida, obrigatoriamente, as informações exigidas pelos incisos II, IV, V, VI e VII, do Artigo 128, desta Lei, na forma como constarem o edital.

**§ 3º** - A informação pertinente ao inciso V, do Artigo 128, que deverá constar na notificação pessoal, quanto aos valores individuais de tributo a serem pagos, será apenas aquela relacionada ao contribuinte e que retrata o valor da Contribuição de Melhoria por ele devida.

**Art. 130** – Na hipótese de o imóvel ser em terreno, comprovada a impossibilidade, após duas tentativas, de entrega da notificação a que se refere o artigo anterior, a notificação do lançamento far-se-á por edital, nele constando as informações referidas no § 2º, do art. 129.

**Art. 131** – Os titulares de imóveis relacionados na forma do inciso IV, do Artigo 124, terão prazo não inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação pessoal, para apresentar impugnação contra:

- I** – Erro na localização ou em quaisquer outras características dos imóveis;
- II** – O cálculo do índice atribuído, na forma do inciso XII do Artigo 124;
- III** – O valor da Contribuição de Melhoria, determinado na forma do inciso XI do Artigo 124;
- IV** – O número de prestações;
- V**- Alegações de isenção ou não incidência nos termos legais.

**Parágrafo Único** – A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo tributário de caráter contencioso.

**Art. 131** – Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento das obras, nem terão efeito de obstar a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.

**Art. 132** – A Contribuição de Melhoria será paga de uma só vez ou em (6, 12, 18, 24, 30 ou 36) parcelas mensais, iguais e consecutivas, ou conforme estabelecer a planilha de apuração da contribuição, sem prejuízo da incidência dos acréscimos legais previstos no Código Tributário Municipal, podendo, a Administração, no caso do parcelamento, converter o valor da parcelas em UPM (Unidade Padrão Municipal), em vigor, na data do lançamento.

**Art. 133** – O Contribuinte deverá, no prazo legal fixado no edital, de acordo com caput, do Artigo 131, optar pela forma de realização do pagamento, se em uma única vez ou em parcelas.

**Art. 134** - Os recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

## **TÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO**

### **CAPÍTULO I DA COMPETÊNCIA**

**Art. 135** - Compete a Fazenda Municipal o exercício da fiscalização tributária.

**Art. 136** - A fiscalização tributária será efetivada:

- I - diretamente, pelo agente do fisco;
- II - indiretamente, através dos elementos constantes do cadastro fiscal ou de informações colhidas em fontes que não as do contribuinte.
- III - através de declaração fiscal anual do próprio contribuinte;

**Art. 137** - O Agente do Fisco, devidamente credenciado e no exercício regular de suas atividades, terá acesso, sem ônus:

- I - ao interior dos estabelecimentos, depósitos e quaisquer dependências;
- II - a salas de espetáculos, bilheterias e quaisquer outros recintos ou locais onde se faça necessária sua presença;

**Art. 138** - Constituem elementos que, obrigatoriamente, devem ser exibidos quando solicitados:

- a) livros e documentos de escrituração contábil, legalmente exigidos;
- b) elementos fiscais, livros, registros e talonários exigidos pelo fisco federal, estadual e municipal;
- c) títulos e outros documentos que comprovem a propriedade, o domínio útil ou posse do imóvel;
- d) os comprovantes do direito de ingresso ou de participação em diversões públicas;
- e) quaisquer outros elementos vinculados a obrigação tributária.

**Art. 139** - Na falta dos elementos descritos no artigo anterior ou, ainda, por vício ou fraude neles verificados, o Agente do Fisco poderá promover o arbitramento.

**Art. 140** - Em caso de embaraço ou desacato no exercício da função, os agentes fazendários poderão requisitar o auxílio das autoridades policiais, ainda que não se configure ato definido em Lei como crime ou contravenção.

**Art. 141** - O Agente do Fisco, no exercício de suas funções, poderá:

- a) apreender, mediante auto circunstanciado, livros e documentos que possam constituir provas materiais de infração tributária, quer no estabelecimento do contribuinte ou de terceiros, quer em outros lugares ou em trânsito;
- b) solicitar que a autoridade municipal competente requeira busca e apreensão judiciais das provas citadas na alínea anterior, quando houver certeza ou fundada suspeita de que as mesmas se encontrem em residência particular ou lugares utilizados como moradia;
- c) solicitar que a autoridade municipal competente requeira autorização judicial para lacrar, pelo prazo de vinte e quatro (24) horas, para posterior verificação, imóveis ou veículos que não possam ser abertos de imediato e sejam suspeitos de conter as provas a que se refere a alínea “a”.

## **CAPÍTULO II DO PROCESSO FISCAL**

**Art. 142.** O processo fiscal, para efeitos deste Código, compreende:

- I - Notificação Preliminar;
- II - Notificação de Lançamento;
- III - Notificação de Auto Infração;

**Art. 143** - As ações ou omissões contrárias à Legislação Tributária serão apuradas por autuação, com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e o respectivo valor aplicando-se ao infrator a pena correspondente, e procedendo-se, quando for o caso, ao ressarcimento do referido dano.

**Parágrafo Único** - Na constituição de crédito tributário destinada a prevenir decadência, relativo a tributo de competência do Município, cuja exigibilidade houver sido suspensão na forma dos incisos IV e V do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, não caberá lançamento de multa de ofício.

**Art. 144** - Considera-se iniciado o processo fiscal-administrativo, para o fim de excluir a espontaneidade da iniciativa do sujeito passivo, quando constituído qualquer ato especificado no artigo anterior:

**§ 1º** - Iniciada a fiscalização do contribuinte, terá o fisco municipal o prazo de 90 (noventa) dias para concluí-lo, salvo quando submetido a regime especial de fiscalização.

**§ 2º** - Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, o ato referido no §1º valerá pelo prazo de noventa dias, prorrogável por ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos e com anuência do Coordenador do Setor ao qual estiver vinculado o Agente Fiscal.

**Art. 145** - A lavratura da notificação preliminar, da notificação de lançamento e do auto de infração incumbe, privativamente, aos servidores que tenham competência para a fiscalização do tributo conforme determinam as atribuições pertinentes a cada Cargo, ou por comissões especiais.

**Parágrafo Único** - As comissões especiais de que trata este artigo serão designadas pelo Prefeito.

**Art. 146** - Os interessados deverão ter ciência do ato que determinar o início do procedimento administrativo-tributário, bem como de todos os demais de natureza decisória ou que lhes imponham a prática de qualquer ato.

**Art. 147** - O contribuinte será cientificado:

- I - pessoalmente por servidor municipal, se possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, ou por representante legal ou preposto, com o contra-recibo datado no original;
- II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou por alguém do seu domicílio;
- III - por edital expedido pelo órgão encarregado da notificação e publicado na imprensa oficial ou em jornal de grande circulação ou afixado em



dependência franqueada ao público, se o infrator não puder ser encontrado pessoalmente ou por via postal.  
IV - por fax.

**§ 1º** - Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, será considerada perfeita a intimação entregue no endereço indicado pelo contribuinte para tal fim.

**§ 2º** - O conhecimento, por qualquer forma, de modo inequívoco, do ato ou da decisão administrativa, por parte do interessado, dispensa a formalidade de notificação.

**§ 3º** - Considera-se feita a notificação:

- I - pessoalmente, na data da ciência do notificado;
- II - por via postal, na data do seu recebimento ou, se esta for omitida, 15 dias após a entrega da notificação à agência postal;
- III - por fax, na data da confirmação de seu recebimento;
- IV - por edital, 3 dias após sua publicação.

## **SEÇÃO I**

### **Notificação Preliminar**

**Art. 148** - Verificando-se a omissão de pagamento do tributo, ou qualquer infração da legislação tributária da qual possa resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de até 30 (trinta) dias, regularize sua situação no caso de obrigações acessórias ou apresente documentos.

**Parágrafo Único** - Nos casos de lançamento por homologação, o contribuinte será notificado para apresentação dos documentos e, havendo tributo a recolher, será lavrada a Notificação de Lançamento.

**Art. 149** - A Notificação Preliminar deverá ser lavrada com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em talonário próprio numerado, impressa ou informatizada, com o “ciente” do notificado e/ou de seu representante legal, e conterá, entre outros, os seguintes elementos:

- I - local, dia e hora da lavratura;
- II - nome, estabelecimento, domicílio do notificado e das testemunhas, se houver;
- III - número da inscrição do notificado no CNPJ e CIC, quando for o caso;
- IV - descrição sumária do fato que motivou a lavratura e indicação do dispositivo legal violado, quando couber;
- V - enumeração de quaisquer outras ocorrências que possam esclarecer o processo;
- VI - documentação solicitada, quando for o caso;
- VII - ciência do notificado.

**§ 1º** - A Notificação Preliminar será assinada pelos Agentes do Fisco e terá a ciência do Contribuinte ou seu representante legal.

**§ 2º** - A assinatura do Contribuinte deverá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto e em nenhuma hipótese implicará em confissão da falta argüida, nem a sua recusa agravará a infração, devendo, neste caso, ser registrado o fato.

**§ 3º** - A notificação preliminar será lavrada no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que aí não resida o fiscalizado ou infrator.

**§ 4º** - A recusa de recibo será declarada pela autoridade e não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

**§ 5º** - O disposto no parágrafo anterior é aplicável, inclusive, aos fiscalizados ou infratores analfabetos, impossibilitados de assinar a notificação, aos responsáveis por negócios ou atividades não regularmente constituídos, circunstâncias que deverão ser declaradas pela autoridade na notificação.

**§ 6º** - Ao fiscalizado ou infrator, dar-se-á cópia da notificação autenticada pela autoridade, mediante recibo no original.

**§ 7º** - A notificação preliminar não comporta recurso, reclamação ou defesa.

**§ 8º** - Não providenciando o contribuinte a regularização da situação no prazo estabelecido na notificação preliminar, será tomada as medidas fiscais cabíveis.

**§ 9º** - Esgotado o prazo de que trata este artigo, no caso de obrigações acessórias, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

**§ 10** - Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

- a) quando for encontrado no exercício de atividade tributável, sem prévia inscrição;
- b) quando houver provas de tentativa de eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;
- c) quando o caso for de reincidência em descumprimento da lei, falsidade, dolo ou má fé.

## **SEÇÃO II**

### **Notificação de Lançamento**

**Art. 150** - Na notificação de lançamento formalizar-se-á a exigência do crédito tributário, em todos os casos em que o lançamento do tributo não resulte em aplicação de penalidade por infração a legislação tributária.

**Art. 151** - A notificação de lançamento deverá ser lavrada com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá conter:

- I - local, dia e hora da lavratura;
- II - nome, estabelecimento, domicílio do notificado e das testemunhas, se houver;
- III - número da inscrição do notificado no CNPJ e CIC, quando for o caso;
- IV - descrição do fato que motivou a lavratura do lançamento e de circunstâncias pertinentes;
- V - citação expressa do enquadramento legal;
- VI - cálculo dos tributos;
- VII - referência aos documentos que serviram de base à lavratura da notificação de lançamento;
- VIII - intimação ao infrator para pagar os tributos e acréscimos ou apresentar defesa, no prazo previsto, com indicação expressa deste;
- IX - enumeração de quaisquer outras ocorrências que possam esclarecer o processo.
- X - ciência do notificado.

**Art. 152** - Havendo reformulação ou alteração da notificação do lançamento, será devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa previsto nesta Lei.

**Art. 153** - A Notificação de Lançamento será assinada pelo Agente do Fisco autuante e pelo contribuinte autuado ou seu representante legal, observado o disposto no artigo 147.

**Art. 154** - A assinatura do autuado deverá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto e em nenhuma hipótese implicará em confissão da falta argüida, nem a sua recusa agravará a infração, devendo, neste caso, ser registrado o fato.

**Art. 155** - No caso do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, o lançamento considera-se regularmente notificado ao sujeito passivo com a entrega da notificação-recibo, pessoalmente ou pelo correio, no local por ele indicado na forma da legislação tributária específica.

**§ 1º** - A autoridade administrativa poderá recusar o domicílio eleito pelo sujeito passivo quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

**§ 2º** - A notificação pelo correio deverá ser precedida de divulgação, pelo Executivo, na imprensa oficial e, no mínimo, em um jornal de grande circulação no Município, das datas de entrega nas agências postais das notificações-recibo de cada região da cidade e das suas correspondentes datas de vencimento.

**§ 3º** - Para todos os efeitos de direito, no caso do parágrafo anterior e respeitadas as suas disposições, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente 5 (cinco) dias após a entrega das notificações-recibo nas agências postais.

**§ 4º** - A presunção referida no parágrafo anterior é relativa e poderá ser ilidida pela comunicação do não recebimento da notificação-recibo, protocolada pelo sujeito passivo junto a Administração Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de sua entrega nas agências postais.

**§ 5º** - Na impossibilidade de entrega da notificação-recibo na forma prevista neste artigo, ou no caso de recusa de seu recebimento, a notificação do lançamento far-se-á por edital consoante o disposto em regulamento.

### **SEÇÃO III**

#### **Notificação de Auto de Infração**

**Art. 156** - No auto de infração formaliza-se a aplicação de penalidade por infringência a legislação tributária decorrente de procedimento fiscal.

**Art. 157** - A Notificação de Infração será feita pelo Agente do Fisco, através de Auto de Infração.

**Art. 158** - O auto de infração será lavrado pelo Agente do Fisco quando o contribuinte incorrer nas infrações capituladas nesta Lei.

**Art. 159** - As ações ou omissões contrárias a legislação tributária serão apuradas por autuação com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e o respectivo valor, aplicando-se ao infrator a pena correspondente e procedendo-se, quando for o caso, ao ressarcimento do referido dano.

**§ 1º** - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea de infração, apresentada por escrito e acompanhada do pagamento ou parcelamento do tributo em até 30 (trinta) dias da ocorrência da notificação do lançamento, se devido, inclusive atualização monetária, multa moratória e juros, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de posterior apuração.

**§ 2º** - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização.

**Art. 160** - O auto de infração deverá ser lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá conter:

- I - local, dia e hora da lavratura;
- II - nome, estabelecimento, domicílio do notificado e das testemunhas, se houver;
- III - número da inscrição do notificado no CNPJ e CIC, quando for o caso;
- IV - descrição do fato que constitui a infração e circunstâncias pertinentes;
- V - citação expressa do dispositivo legal infringindo, inclusive do que fixa a respectiva sanção;
- VI - cálculo dos tributos, quando for o caso;
- VII - referência aos documentos que serviram de base à lavratura do auto de infração;
- VIII - intimação ao infrator para pagar os tributos e acréscimos ou apresentar defesa, no prazo previsto, com indicação expressa deste;
- IX - enumeração de quaisquer outras ocorrências que possam esclarecer o processo.
- X - ciência do autuado.

**§ 1º** - As incorreções ou omissões verificadas no auto de infração não constituem motivo de nulidade do processo desde que do mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator.

**§ 2º** - Havendo reformulação ou alteração do auto de infração será devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa previsto nesta Lei.

**§ 3º** - O auto lavrado será assinado pelos autuantes e pelo autuado ou seu representante legal observando-se o disposto no artigo 147.

**§ 4º** - A assinatura do autuado deverá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto e em nenhuma hipótese implicará em confissão da falta argüida, nem a sua recusa agravará a infração, devendo, neste caso, ser registrado o fato.

## **SEÇÃO IV**

### **Das Consultas, Reclamações e Recursos Voluntários**

**Art. 161** - Ao contribuinte é facultado encaminhar:

- I - consulta sobre a interpretação da legislação tributária, desde que promovida antes da ação fiscal;
- II - reclamação, em primeira instância, ao Secretário do Órgão Autuante, dentro do prazo de:
  - a) 30 (trinta) dias, contados da data da intimação do Lançamento, salvo nos casos previstos nas letras seguintes;
  - b) 20 (vinte) dias, contados da data da intimação do Auto de Infração;
  - c) 15 (quinze) dias, contados da data da ciência ou conhecimento da avaliação fiscal, discordando desta nos casos de incidência do Imposto de Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis.

III - pedido de reconsideração ao Secretário do Órgão Autuante, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da decisão denegatória da reclamação de primeira instância;

IV - recurso ao Prefeito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da decisão denegatória da reclamação de segunda instância.

**§ 1º** - As reclamações contra os lançamentos efetuados terão efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.

**§ 2º** - Ao pedido de reconsideração assim como ao recurso quando acompanhados de fatos ou argumentos novos, serão examinados pela autoridade julgadora de primeira instância, antes de encaminhamento do processo a quem de direito.

**Art. 162** - A consulta referida no artigo anterior será respondida por escrito, no prazo máximo de noventa (90) dias, e deverá ser protocolada pelo contribuinte.

**§ 1º** - Havendo justo motivo, o prazo referido no caput deste artigo poderá ser prorrogado por despacho da autoridade competente.

**§ 2º** - Respondida a consulta, sempre que houver incidência de tributo, o contribuinte deverá satisfazer a obrigação fiscal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência da consulta, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

**§ 3º** - Nenhum procedimento fiscal será promovido em relação a espécie consultada contra contribuinte que proceda em estrita conformidade com a solução dada à consulta, nem durante a tramitação desta.

**Art. 163** - Das decisões sobre consultas, reclamações e recursos voluntários, os contribuintes serão cientificados pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento em mão própria.

**Art. 164** - A reclamação encaminhada fora dos prazos previstos no artigo 161, incisos II ou III, quando deferida, não excluirá o contribuinte do pagamento dos acréscimos previstos nesta Lei, incidentes sobre o valor corrigido, quando for o caso, a partir da data inicialmente prevista para o recolhimento do tributo.

## **TÍTULO VI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

### **CAPÍTULO ÚNICO DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

#### **SEÇÃO I Imposto Predial e Territorial Urbano**

**Art. 165** - As infrações as normas relativas aos tributos do cadastro imobiliário sujeitam o infrator as seguintes penalidades:

- I - Infrações relativas a inscrição cadastral da respectiva área: aos que deixarem de efetuar, na forma e prazos estabelecidos, a inscrição imobiliária da respectiva área, multa de:
  - a) 0,5 Unidades Padrão Municipal - UPM por m2 nas unidades unifamiliares quando o titular possuir um único imóvel;
  - b) 1,0 Unidades Padrão Municipal - UPM por m2 nas demais.
- II - Infrações relativas a ação fiscal: aos que se recusarem a exhibir documentos necessários a apuração de dados do imóvel, embaraçarem a ação fiscal ou não atenderem as convocações efetuadas pela Administração e não promoverem alterações cadastrais relativas ao imóvel, multa de:
  - a) 50 Unidades Padrão Municipal - UPM, nas unidades unifamiliares, quando o titular possuir um único imóvel;
  - b) 100 Unidades Padrão Municipal - UPM nas demais.

## **SEÇÃO II**

### **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza**

**Art. 166** - As infrações as normas relativas ao imposto sobre serviços sujeitam o infrator as seguintes penalidades:

- I - Quanto as infrações relativas a espetáculos de diversões públicas:
  - a) Multa de 150 UPM quando o contribuinte não solicitar prévia liberação por parte do poder público municipal de espetáculos de diversões públicas (shows e demais espetáculos).
  - b) Multa de 100% do valor do imposto a recolher, no caso de o contribuinte embaraçar a ação fiscal, falsificar liberação de espetáculo ou sempre que se verificar fraude, dolo ou má-fé, no caso de prestação ou promoção de eventos de diversões públicas.
- II - Quanto as infrações as normas relativas a inscrição, alteração de localização, alteração de razão social, alteração de quadro societário e encerramento de atividade:
  - a) Multa de 30 UPM, quando o sujeito passivo não promover inscrição no município para início de atividade, no caso de pessoa física;
  - b) Multa de 100 UPM, quando o sujeito passivo não promover inscrição no município para início de atividade, no caso de pessoa jurídica;
  - c) Multa de 30 UPM, quando o sujeito passivo não comunicar dentro do prazo legal de 90 (noventa) dias a alteração de localização, a alteração de atividade e o encerramento, quando se tratar de pessoa física;
  - d) Multa de 100 UPM, quando o sujeito passivo não comunicar dentro do prazo legal de 90 (noventa) dias a alteração de localização, atividade

ou razão social, alteração do quadro societário e o encerramento, quando se tratar de pessoa jurídica.

III - Quanto as Infrações relativas aos documentos fiscais e outros documentos:

- a) Multa de 20 Unidades Fiscal Municipal por cada nota fiscal que o contribuinte, quando obrigado ao pagamento do imposto, adulterar, rasurar, deixar de emitir, ou o fizer com importância diversa do valor do serviço, ou inutilizar nota fiscal ou outro documento previsto em regulamento sem registro do motivo de cancelamento;
- b) Multa de 150 Unidades Padrão Municipal - UPM, quando os estabelecimentos gráficos realizarem serviços sem o devido credenciamento junto a Fazenda Municipal;
- c) Multa de 200 Unidades Padrão Municipal - UPM para o sujeito passivo que não tenha solicitado a autorização quando os estabelecimentos gráficos estiverem localizados em outro município;
- d) Multa de 200 Unidades Padrão Municipal - UPM, por lote impresso, aos que mandarem imprimir documento fiscal sem a correspondente autorização para impressão;
- e) Multa de 200 Unidades Padrão Municipal - UPM, por lote impresso, aos que imprimirem, para si ou para terceiros, documentos fiscais sem a correspondente autorização para impressão ou deixarem de evidenciar, no rodapé, a identificação da autorização;
- f) Multa de 200 Unidades Padrão Municipal - UPM, quando os estabelecimentos gráficos não mantiverem por 5 anos os registros próprios das notas fiscais de serviços ou documentos equivalentes que imprimirem;
- g) Multa de 20 Unidades Padrão Municipal – UPM, aos que utilizarem documentos fiscais com data de validade vencidos ou inválidos;
- h) Multa de 50 Unidades Padrão Municipal – UPM, por documento fiscal, ao contribuinte que extraviar nota fiscal.

IV - Infrações relativas aos livros fiscais:

- a) infrações relativas aos livros destinados a escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros e a qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor do imposto, ou dos serviços, quando não houver sido recolhido, integralmente, o imposto correspondente ao período da infração:
  - 1. Multa de 2 UPM por mês não escriturado, ou escriturado parcialmente, aos que possuam livros que não estejam devidamente autenticados na conformidade das disposições regulamentares;
  - 2. Multa de 25 UPM por livro, quando os que possuam os livros escriturados não promovam a autenticação dos mesmos na conformidade das disposições regulamentares;
  - 3. Multa de 50 UPM, aos que não possuírem os livros;



4. Multa de 5 UPM por folha do livro fiscal que o contribuinte rasurar, extraviar, adulterar, inutilizar.
- b) O valor das multas previstas na alínea anterior será reduzido em 50% nos casos em que houver sido recolhido, integralmente, o imposto correspondente ao período da infração.
- V - O valor das multas previstas no inciso III e IV será reduzido em 50% nos casos de extravio ou inutilização dos livros e documentos fiscais, mas desde que comprovadas, documentalmente, pelo contribuinte, na forma e prazos regulamentares a perfeita identificação dos serviços prestados, dos seus valores, dos respectivos tomadores ou prestadores e das circunstâncias de tempo e lugar da prestação, quando se tratarem de documentos fiscais ou dos livros fiscais destinados a escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros, ou de qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor dos serviços ou do imposto.
- VI - Multa de 100 Unidades Padrão Municipal -UPM às infrações relativas a ação fiscal, aos que se recusarem a exhibir livros ou documentos fiscais, embaraçarem a ação fiscal, ou sonegarem documentos para a apuração do preço dos serviços ou da fixação da estimativa, ou, ainda, omitirem ou destruírem documentos necessários à fixação de estimativa ou cálculo do imposto devido.
- VII - Multa de 50 Unidades Padrão Municipal -UPM às infrações relativas as declarações, aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, ou o fizerem com dados inexatos, ou omissão de elementos indispensáveis à apuração do imposto devido, na forma e prazos regulamentares;
- VIII - Multa de 200 Unidades Padrão Municipal -UPM quando o responsável por escrita fiscal ou contábil, no exercício de suas atividades, praticar atos que visem diminuir o montante do tributo ou induzir o contribuinte a prática de infração.

**Art. 167** - Será aplicada multa de 25 (vinte cinco) UPM (Unidade Fiscal Municipal) por mês de competência do imposto não recolhido, ao que deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto retido na fonte por solidariedade ou por substituição tributária.

**Art. 168** - Será aplicada multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido e atualizado quando houver indícios de fraude ao fisco independentemente de outras penalidades administrativas cabíveis, sobre a totalidade ou diferença do imposto devido, cobrado juntamente com o principal da dívida.

### **SEÇÃO III**

#### **Imposto de Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis**

**Art. 169** - Será aplicada multa de 100% (cem por cento) sobre o montante do débito apurado quando comprovada, a qualquer tempo, pela fiscalização municipal do imposto sobre transmissão “inter vivos” de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, a omissão de dados ou a falsidade das declarações consignadas nas escrituras ou instrumentos particulares de transmissão ou cessão, sem prejuízo dos acréscimos devidos em razão de outras infrações eventualmente praticadas.

**§ 1º** - Pela infração prevista no “caput” deste artigo respondem, solidariamente com o contribuinte, o alienante ou cessionário.

**§ 2º** - Nos casos de omissão de dados ou de documentos demonstrativos das situações previstas no artigo 60, além das pessoas referidas no parágrafo anterior, respondem solidariamente com o contribuinte, os notários e os oficiais de Registro de Imóveis e seus prepostos.

### **SEÇÃO IV**

#### **Taxas do Exercício do Poder de Polícia**

**Art. 170** - As infrações as normas relativas as Taxas do Exercício do Poder de Polícia sujeitam os infratores as seguintes penalidades:

- I - Multa de 30 Unidades Padrão Municipal - UPM aos que não promoverem a inscrição e as alterações cadastrais ou respectivo cancelamento da inscrição.
- II - Multa de 50 Unidades Padrão Municipal - UPM aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, ou o fizerem com dados inexatos ou omissão de elementos indispensáveis à apuração da Taxa devida, na forma e prazos regulamentares.
- III - Multa de 100 Unidades Padrão Municipal - UPM aos que se recusarem a exhibir a inscrição.
- IV - Multa de 100 Unidades Padrão Municipal - UPM aos que embaraçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para a apuração da taxa.
- V - Multa de 20 Unidades Padrão Municipal - UPM aos que não mantiverem, em lugar visível do estabelecimento, documentos relativos a inscrição no Cadastro de Contribuintes e posteriores alterações, bem como os documentos de arrecadação, no caso do Alvará de Localização.

### **SEÇÃO V**

#### **Atos de Vigilância Sanitária**

**Art. 171** – As infrações as normas relativas aos atos de vigilância sanitária, sujeitam os infratores as seguintes penalidades:

- a) Nas infrações leves: multa de 10 (dez) UPMs;

- b) Nas infrações graves: multa de 20 (vinte) UPMs;
- c) Nas infrações gravíssimas: multa de 40 (quarenta) UPMs.

## **SEÇÃO VI**

### **Obras**

**Art. 172** - As infrações as normas relativas as obras que forem executadas em desacordo com a licença e as Leis Municipais sobre obras, sujeitam os infratores as penalidades previstas na Lei Municipal 348/2005 – Código de Obras.

## **SEÇÃO VII**

### **Geral**

**Art. 173** - Multa de 30 Unidades Fiscal Municipal -UPM quando não cumprir no prazo legal o estipulado na notificação preliminar.

**Art. 174** - No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

**Art. 175** - Na reincidência, a infração será punida com o dobro da penalidade anteriormente aplicada e assim sucessivamente a cada reincidência subsequente, quando se tratar de obrigação acessória.

**Parágrafo Único** - Entende-se por reincidência, a repetição da mesma infração, violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 2 (dois) anos, contados da data em que se tornar definitiva a penalidade relativa a infração anterior.

**Art. 176** - O sujeito passivo que reincidir em infração a este capítulo poderá ser submetido a sistema especial de controle e fiscalização, disciplinado em regulamento.

**Art. 177** - O pagamento do imposto é sempre devido, independentemente da pena aplicada.

**Art. 178** - As multas previstas nesta Lei, quando tiverem por base o valor da Unidade Fiscal Municipal - UPM, serão calculadas com base no valor da UPM vigente na data da emissão do Auto de Multa.

**Art. 179** – Será aplicada multa, mediante notificação prévia, na importância igual a cem por cento (100%) sobre o valor do imposto devido e atualizado, ao que deixar de recolher total ou parcialmente o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) devido a título de substituição tributária ou solidariedade tributária.

**§ 1º** - A notificação estabelecerá o prazo máximo de até 10 (dez) dias para regularização do contribuinte.

**§ 2º** - Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a multa fiscal será aplicada automaticamente pela fiscalização municipal.

**§ 3º** - O recolhimento do imposto devido por substituição tributária ou solidariedade tributária pago espontaneamente, mesmo que fora do prazo, desobriga da penalidade prevista no caput deste artigo.

## **TÍTULO VII**

### **NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA ARRECADAÇÃO**

**Art. 180** - A arrecadação dos tributos será procedida:

- I - Por pagamento voluntário nos prazos previstos;
- II - Através da cobrança extrajudicial após o vencimento, ou;
- III - Mediante ação executiva.

**Parágrafo Único** - Em qualquer caso, o pagamento das quantias devidas será feito nos Estabelecimentos Bancários credenciados ou na Tesouraria do Município.

**Art. 181** - A arrecadação correspondente a cada exercício financeiro proceder-se-á da seguinte forma:

- I - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e taxa correlata, quando houver, será arrecadado em uma só vez (quota única), ou em parcelas, conforme calendário estabelecido por Decreto Executivo;
- II - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será arrecadado:
  - a) no caso de atividade sujeita a tributação fixa, em uma só vez (quota única) em fevereiro;
  - b) no caso de atividade sujeita ao recolhimento por homologação, através da competente Guia de recolhimento em doze parcelas, com vencimento no dia 15 do mês seguinte ao mês de competência;
  - c) no caso do recolhimento por solidariedade ou por substituição tributária, com vencimento no dia 15 do mês seguinte a ocorrência do fato gerador ou competência.
- III - O Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis será arrecadado nos termos do artigo 66 desta Lei;
- IV - As Taxas, quando lançadas isoladamente, serão arrecadadas:

- a) no ato da concessão da autorização, do licenciamento ou da prestação do serviço, quando se tratar de taxa de:
  - 1. expediente;
  - 2. licença para localização de empresas;
  - 3. publicidade;
  - 4. execução de obras e serviços de engenharia;
  - 5. serviços diversos;
  - 6. licenciamento ambiental.
- b) a taxa dos atos de vigilância sanitária, nos termos dos artigos 84 e 85;
- c) a taxa de coleta de lixo, nos termos do artigo 79.

V - A contribuição de melhoria será arrecadada nos termos do artigo 127.

VI - Os demais tributos serão recolhidos de acordo com os prazos estipulados e respectivas tabelas, constantes do Código Tributário Municipal.

**Art. 182** – O imposto predial e territorial urbano e a taxa de coleta de lixo quando pagos em cota única poderão ter um desconto de até 20% (vinte por cento), conforme estabelecer o Decreto Executivo.

**Parágrafo Único** – Poderá o Poder Executivo, através de Decreto, além do desconto previsto neste artigo para o pagamento em cota única, conceder também um desconto de até 20% (vinte por cento) como prêmio para os contribuintes que tenham quitado o IPTU nos dois exercícios anteriores, desde que pagos espontaneamente.

**Art. 183** – A contribuição de melhoria quando recolhida a vista, terá um desconto de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme estabelecer o Edital.

**Art. 184** - Os tributos lançados fora dos prazos normais, em virtude de inclusões ou alterações, serão arrecadados:

- I - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e taxas correlatas, quando houver, em parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a data de intimação;
- II - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando se tratar de atividades sujeitas a tributação fixa, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a intimação e as demais (se houver) nos prazos previstos no artigo 181, inciso II, ou de acordo com o Calendário previsto por Decreto Executivo;
- III – O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando se tratar da incidência do imposto no habite-se:
  - a) Para pagamento à vista desconto de 20% (vinte por cento);
  - b) Para pagamento parcelado, de acordo com as disposições do artigo 192, §§ 1º, 3º, 4º e 7º.

- III - A taxa de Licença para Localização, 30 (trinta) dias após o ato do licenciamento.
- IV - As taxas de Vistoria, 30 (trinta) dias após a execução das mesmas.

**Art. 185** - Os débitos para com o Município decorrentes de tributos e contribuições não pagos nos prazos previstos nesta lei serão corrigidos e acrescidos de multa de mora e de juros.

**§ 1º** - A correção será calculada com base na Unidade Fiscal Municipal e sua variação.

**§ 2º** - A multa e o juro serão calculados sobre o montante do tributo corrigido monetariamente.

**§ 3º** - A multa de que trata este artigo será calculada a taxa de 2% (dois por cento) por mês ou fração de atraso a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para pagamento do tributo ou contribuição até o mês em que ocorrer o pagamento.

**§ 4º** - O percentual de multa a ser aplicado, conforme parágrafo anterior fica limitado a 10% (dez por cento) para tributos cuja competência seja o exercício corrente.

**§ 5º** - O percentual de juros a ser utilizado será de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

**§ 6º** - A multa nos casos de ação fiscal será de 60% sobre o montante do tributo corrigido monetariamente.

- I - O valor das multas por ação fiscal será reduzido para 15% (quinze por cento) se o pagamento for efetuado no prazo legal de impugnação.
- II - O valor das multas por ação fiscal será reduzido para 25% (vinte e cinco por cento) se o parcelamento for efetuado no prazo legal de impugnação.
- III - Nos casos de impugnação tempestiva e em primeira instância, sendo essa deferida parcialmente, o contribuinte terá direito aos benefícios dos incisos I e II.
- IV - Na impugnação tempestiva, a multa será reduzida para 30% (trinta por cento) caso o pagamento do débito seja efetuado dentro de 30 dias da ciência da decisão de primeira instância.
- V - Na impugnação tempestiva, a multa será reduzida para 35% (trinta e cinco por cento) caso seja efetuado o parcelamento do débito em 30 dias da ciência da decisão de primeira instância.
- VI - O descumprimento do parcelamento importará no retorno à situação anterior, com a dedução dos valores pagos.

**§ 7º** - O percentual de multa a ser aplicada, quando inscrita em dívida ativa será de 20%.

## **CAPÍTULO II**

### **DA RESTITUIÇÃO**

**Art. 186** - O contribuinte terá direito a restituição total ou parcial do tributo recolhido indevidamente, independentemente de prévio protesto, nos seguintes casos:

- I - Recolhimento de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II - Erro na identificação do sujeito passivo na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III – Reforma, anulação ou revogação de decisão condenatória.

**Art. 187** - A restituição parcial ou total de tributos será feita com correção pela Unidade Fiscal Municipal.

**Art. 188** - A restituição de tributo que comporta, pela sua natureza, transferência de respectivo encargo financeiro, somente poderá ser feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiros, estar por ele expressamente autorizado a recebê-la.

**Art. 189** - O contribuinte terá direito, independentemente de prévio protesto, à Restituição total ou parcial, do tributo, nos casos previstos no código Tributário Nacional, observados as condições ali fixadas.

**Art. 190** - O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados:

- I - Nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 186, da data da extinção do crédito tributário;
- II - Na hipótese do inciso III do artigo 186, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a ação condenatória.

**Art. 191** - Prescreve-se em 02 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

**Parágrafo Único** - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Municipal.

**Art. 192** - O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou documentos quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da Administração.

**Art. 193** - Os processos de restituição serão obrigatoriamente informados antes de receberem despachos pela repartição que houver arrecadado os tributos e as multas reclamados total ou parcialmente.

### **CAPÍTULO III DA COMPENSAÇÃO**

**Art. 194** - A autoridade administrativa pode autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos, certos e vencidos do Sujeito Passivo contra a Fazenda Municipal observado o Código Tributário Nacional e conforme os critérios que dispuser o Regulamento.

### **CAPÍTULO IV DA DÍVIDA ATIVA**

**Art. 195** - Constitui Dívida Ativa tributária a proveniente do crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela Lei ou por decisão final proferida em processo regular.

**Parágrafo Único** - Considera-se regularmente inscrita a dívida registrada no órgão administrativo competente, na forma estabelecida pela organização da Fazenda do Município.

**Art. 196** - Encerrado o exercício financeiro, será providenciada, imediatamente, a inscrição da Dívida Ativa dos débitos fiscais existentes.

**Parágrafo Único** - Independente do encerramento do exercício poderão os débitos fiscais ser inscritos na Dívida Ativa, desde que não sejam pagos no prazo legal.

**Art. 197** - O termo de inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- I - O nome do devedor e, sendo o caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível o domicílio ou a residência de um ou de outros;
- II - A quantia devida e a maneira de calcular os juros e as multas de mora e acréscimos legais;
- III - A origem e a natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição da Lei em que esteja fundada;
- IV - A data em que foi inscrita;
- V - O número do processo administrativo ou do auto de infração de que se originar o crédito se for o caso.

**Parágrafo Único** - A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha ou ficha de inscrição e poderá ser extraída através de processamento eletrônico.



**Art. 198** - A cobrança da dívida ativa tributária e não-tributária do município será procedida:

- I - por via amigável, no âmbito administrativo;
- II - por via judicial.

**§ 1º** - As disposições dos incisos I e II a que se refere este artigo são independentes entre si, podendo o Fisco providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável.

**§ 2º** - A cobrança da dívida ativa em sede de execução judicial é privativa e exclusiva da Procuradoria-Geral do Município por se tratar de atividade típica de Estado.

**Art. 199** - Na hipótese de parcelamento do pagamento do crédito tributário, o mesmo será consolidado na data do parcelamento e cada parcela será corrigida monetariamente.

**§ 1º** - Atendidos os requisitos da Lei, o parcelamento poderá ser em até 36 (trinta e seis) pagamentos, mensal e sucessivo respeitado o limite mínimo de 10 (dez) UPM por parcelamento.

**§ 2º** - O contribuinte inscrito em Dívida Ativa que procurar o Órgão Fazendário com o objetivo de efetuar o pagamento de seus débitos, parcelados ou não, terá direito ao desconto de 50% (cinquenta por cento) das multas moratórias e dos juros, somente quando o pagamento for realizado à vista.

**§ 3º** - O não pagamento de até 03 (três) prestações consecutivas do débito parcelado acarretará o imediato cancelamento do benefício do parcelamento, independentemente de aviso prévio ou notificação, promovida a imediata cobrança do saldo devedor através da ação executiva.

**§ 4º** - Os débitos parcelados, mesmo que vencidos ou cancelados, poderão ser reparcelados.

**§ 5º** - Para os reparcelamentos conforme disposto no parágrafo 4º será necessário o pagamento de uma entrada de no mínimo 15% (quinze por cento) do saldo devedor existente.

**§ 6º** - Os débitos ajuizados também poderão ser objeto de parcelamento, desde que previamente pagas as custas e honorários, salvo no caso de assistência judiciária gratuita.

**§ 7º** - No parcelamento, nas dívidas inscritas, ajuizadas ou não, a taxa de juros incidente sobre o saldo devedor parcelado será de 0,5 % (meio por cento) ao mês.

**§ 8º** - Em caso de atraso no pagamento do parcelamento, incidirão os acréscimos previstos nesta lei.

## **CAPÍTULO V DAS CERTIDÕES NEGATIVAS**

**Art. 200** - A prova de quitação do tributo será por Certidão Negativa, expedida a vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações exigidas pela Fazenda Municipal, e terá validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua expedição.

**Parágrafo Único** – Para a Certidão Positiva com efeitos de Negativa o prazo de validade será de 30 (trinta) dias.

**Art. 201** - A certidão será fornecida dentro de 5 (cinco) dias, a contar da data de entrega do requerimento na repartição.

**§ 1º** - Caso o contribuinte esteja em débito com a Fazenda Municipal, seja em dívida ativa ou em dívida corrente, será expedida certidão constando sua situação para com a municipalidade.

**§ 2º** - Caso o contribuinte possua débito parcelado, as parcelas quitadas, bem como as vincendas, deverão constar na certidão.

**Art. 202** - A Certidão Negativa, expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito tributário acrescido de juros de mora.

**Parágrafo Único** - O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber.

**Art. 203** - A venda, cessão ou transferência de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou produtor não poderá efetuar-se sem que conste do título a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais a que estiverem sujeitos esses estabelecimentos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do adquirente, cessionário ou quem quer que tenha recebido a transferência.

**Art. 204** - Sem prova, por Certidão Negativa ou por declaração de isenção ou de reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou a qualquer outro ônus relativo ao imóvel até o ano da operação, inclusive, os escrivães, tabeliães e oficiais de registro, não poderão lavrar, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos aos imóveis.

**§ 1º** - A certidão será obrigatoriamente referida nos atos e contratos de que trata este artigo.

**§ 2º** - Os escrivães, tabeliães ou oficiais de registro que dispensarem a Certidão Negativa, por disposição expressa das partes, deverão fazer, a respeito, uma comunicação especial à Fazenda Municipal.

**Art. 205** - A expedição da Certidão Negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.

**Art. 206** - Ficarão isentas de taxas as Certidões Negativas destinadas à defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesses pessoais.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS IMUNIDADES , DAS ISENÇÕES E DA NÃO INCIDÊNCIA**

#### **SEÇÃO I**

##### **Das Imunidades**

**Art. 207** - Considera-se imunidade a exclusão de competência tributária, suscetível de prova quanto ao atendimento dos requisitos constitucionais.

**Art. 208** - As imunidades serão reconhecidas se comprovada a condição da pessoa, seu patrimônio ou seus serviços, mediante requerimento protocolado no Protocolo Geral, feito a fazenda municipal.

**§ 1º** - A imunidade tributária fica condicionada ao seu reconhecimento pelo Secretário de Município das Finanças.

**§ 2º** - Após o primeiro reconhecimento de imunidade, a parte interessada deverá, a cada três anos, até 30/11, comprovar à Fazenda Municipal que continua preenchendo as condições que lhe assegurem o direito.

**§ 3º** - O reconhecimento de imunidade poderá receber efeito retroativo.

**Art. 209** - Aos pedidos de reconhecimento de imunidade, serão aplicadas, no que couber, as disposições previstas na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional.

**Art. 210** - As normas que disciplinarão o processo de imunidade serão estabelecidas no Regulamento.

**Art. 211** - O reconhecimento de imunidade será obrigatoriamente cancelado quando:

- I - Verificada a inobservância dos requisitos exigidos para sua concessão;
- II - Desaparecerem os motivos e circunstâncias que a motivaram.

**Art. 212** - O reconhecimento das situações de imunidade e não-incidência não gera direito adquirido, tornando-se devido o imposto respectivo se apurado que o beneficiado prestou prova falsa ou, quando for o caso, deixou de utilizá-la para os fins que lhe assegurem o benefício.

**Parágrafo Único** - No caso do ITVBI fica o imóvel sujeito a nova avaliação desde a data da transmissão.

## **SEÇÃO II**

### **Da Isenção**

**Art. 213** - A concessão de isenções, sempre por lei específica e respeitado o Código Tributário Nacional e a Lei de Responsabilidade Fiscal, apoiar-se-á em razões de ordem pública e de interesse do Município e não poderá ter caráter de favor ou privilégio.

**Parágrafo Único** - Vigente o novo código tributário, as leis de incentivos e isenções não mantidas nesta Lei prevalecerão por trezentos e sessenta dias, perdendo a eficácia se não confirmadas no período.

**Art. 214** - Os imóveis prediais unifamiliar com valor venal até 3.750 UPM, ficarão isentos do pagamento do IPTU, desde que sejam utilizados exclusivamente para residência e seu proprietário não possua outro imóvel.

**Parágrafo Único** - A isenção de que trata o caput não depende de requerimento.

**Art. 215** - Ficam isentos do pagamento do Imposto Sobre Serviços - ISS, a pessoa portadora de defeito físico que importe na redução da capacidade de trabalho, sem empregado e reconhecidamente pobre.

**Art. 216** - A isenção não desobriga o Sujeito Passivo tributário do cumprimento das obrigações acessórias.

**Art. 217** - Todas isenções somente produzirão eficácia no exercício em que requeridas e a partir da data em que protocolizado o requerimento indispensável ao reconhecimento da isenção.

**Art. 218** - O contribuinte que já gozar do benefício da isenção fica obrigado a provar, até o dia 31 de março de cada ano, que continua preenchendo as condições que lhe asseguram o direito, sob pena de cancelamento imediato.

**Art. 219** - As normas que disciplinarão o processo de solicitação do benefício fiscal serão estabelecidas no Regulamento.

**Art. 220** - A isenção será obrigatoriamente cancelada quando:

- I - Verificada a inobservância dos requisitos para sua concessão;
- II - Desaparecerem os motivos e circunstâncias que a motivaram.

**Art. 221** - É vedada a concessão de eficácia retroativa à isenção.

### **SEÇÃO III**

#### **Da Não Incidência**

**Art. 222** - Quando se tratar da taxa de publicidade, esta não incide em:

- I - Publicidade que contenha campanhas institucionais, conforme dispuser o regulamento;
- II - Publicidade em anúncios indicativos, desde que indiquem ou identifiquem estabelecimento de serviços públicos;
- III - Propaganda eleitoral de partidos e candidatos regularmente inscritos no TRE;
- IV - Publicidade alusiva a peças teatrais, espetáculos musicais, películas cinematográficas e a parques de diversões, desde que situada nos locais dos eventos;
- V - Publicidade localizada em tendas ou estandes, desde que compatível com as suas atividades;
- VI - Anúncios de afixação obrigatória decorrente de disposição legal;
- VII - Publicidade em estabelecimentos, ainda que visíveis do logradouro público, relativas a sua própria atividade.

**Art. 223** - Quando se tratar da Taxa de Serviços de Equipamentos Rodoviários, estas serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) quando em atendimento a proprietário com até 10 ha (dez hectares) no Município, limitada ao máximo de 3 hs (três horas).

**Art. 224** – Quando se tratar da Taxa de Localização e da Taxa de Ocupação do Solo estas não irão incidir quando em projetos sociais coordenados pela Secretaria de Ação Social do Município.

**Art. 225** - O imposto sobre transmissão inter-vivos de bens imóveis não incide:

- I - Na desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes;
- II - Na transmissão ao alienamento anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não-cumprimento da condição ou pela falta de pagamento do preço;
- III - Na retrovenda e na volta dos bens ao domínio do alienante em razão da compra e venda com pacto de melhor comprador;
- IV - No usucapião;

- V - Na extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino;
- VI – Na rescisão do contrato de promessa de compra e venda quando esta ocorrer pelo não cumprimento de condição ou pela falta de pagamento, ainda que parcial;
- VII – Na cessão do contrato de promessa de compra e venda que não esteja registrada em no Cartório de Registro de Imóveis;
- VIII - Na incorporação de bens ou de direitos a eles relativos ao patrimônio da pessoa jurídica, para integralização de cota de capital;
- IX - Na transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, decorrente de fusão, incorporação ou extinção de pessoa jurídica;
- X - O adquirente for a União, os Estados, o Distrito federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações.

**§ 1º** - O disposto no inciso I deste artigo somente tem aplicação se os primitivos alienantes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.

**§ 2º** - As disposições dos incisos VIII e IX deste artigo não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

**§ 3º** - Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente nos 2 (dois) anos seguintes á aquisição decorrem de vendas, administração ou sucessão de direitos á aquisição de imóveis.

**§ 4º** - Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores tornar-se-á devido o imposto nos termos da Lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel dos direitos sobre eles.

## **TÍTULO V III**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 226** - O servidor municipal, qualquer que seja seu cargo, função ou vínculo, que formalizar um ato, pressuposto de fato gerador de tributo, sem que ocorra o pagamento do respectivo valor, responderá solidariamente com o sujeito passivo pelo não recolhimento, bem como pelas penalidades cabíveis.

**Art. 227** - Aplicam-se as relações entre a Fazenda Municipal e as pessoas obrigadas ao pagamento dos tributos municipais ou penalidades pecuniárias, no que couberem, as Normas de Direito Tributário constantes da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional e das Leis Complementares e demais leis que disciplinam e tratam dos tributos de competência do Município.

**Art. 228** - Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

**Parágrafo Único** - Quando o início ou o término do prazo cair em dia considerado não útil para a repartição, a contagem será prorrogada para o primeiro dia útil que se seguir.

**Art. 229** - O valor devido dos tributos será o de lançamento, quando pago de uma só vez ou conforme estabelecer o regulamento, no mês de competência,

**Parágrafo Único** – O mês de competência para efeito deste artigo é o mês de janeiro para os tributos lançados com base nos dados cadastrais, e nos demais casos o mês da ocorrência do fato gerador.

**Art. 230** - As zonas fiscais do Município estão determinadas pela Lei Municipal 064/97.

**Art. 231** - O Valor de Referência Municipal, vigente no município a que se refere este Código, sob a denominação de "Unidade Padrão Municipal" (UPM), para o exercício de 2010 foi fixada em R\$ 2,07 (dois reais e sete centavos).

**§ 1º** - Nos exercícios subseqüentes a Unidade Fiscal Municipal será fixada por Decreto Executivo, para vigorar a partir de janeiro de cada ano.

**§ 2º** - A UPM fixada conforme o Parágrafo Primeiro corresponderá a 18 % (dezoito por cento) da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul.

**§ 3º** - O valor da referencia municipal - UPM será indexadora dos tributos Municipais, servindo igualmente de base para os cálculos de penalidades decorrentes de infrações e dispositivos dos Códigos Municipal e demais Leis e Regulamentos Municipais.

**Art. 232** - O Poder Executivo regulamentará, por Decreto, a aplicação desta Lei, no que for necessário.

**Art. 233** - O Poder Executivo poderá estabelecer preços públicos, não submetidos a disciplina jurídica dos tributos, para quaisquer outros serviços, cuja natureza não comporte a cobrança de taxas.

**Art. 234** - Esta Lei entra em vigor em primeiro de janeiro do ano de dois mil e onze, juntamente com as tabelas que a acompanham, em cumprimento as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 42/03.

**Art. 235** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais que tratam de isenções e benefícios contrários ao texto constitucional.

**Art. 236** - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis, 056/93, 078/94, 088/94, 101/94, 111/95, 158/95, 163/95, 210/96, 214/96, 254/97, Art. 5º LM 234/97, 296/98, 308/99, 358/00, 403/01, 540/04, 542/04, 594/05 e 678/07.

**Art. 237** – O Código Tributário Municipal deverá ser revisado após seis meses de sua vigência, para verificar sua adequação à realidade municipal.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**, em São Martinho da Serra aos 27(vinte e sete) dias do mês de dezembro do ano de 2010(dois mil e dez).

**GILSON DE ALMEIDA**  
**Prefeito Municipal de São Martinho da Serra**



## TABELAS ANEXAS AO CÓDIGO TRIBUTÁRIO

### T A B E L A "I" TAXAS DE EXPEDIENTE

DISCRIMINAÇÕES:.....	VALOR S/UPM
<b>1 - CERTIDÕES:</b>	
1.1 - Negativas .....	5
1.2 - Positivas, contendo descrição de área .....	7
1.3 - Reconhecimento de isenções ou imunidades .....	5
1.4 - De despachos, pareceres informações e de mais atos ou fatos administrativos independentes de nº de linhas ou laudas .....	5
<b>2 - BAIXAS:</b>	
2.1 - De qualquer natureza, e lançamentos ou registros, exceto quanto as extinções de créditos tributários .....	5
<b>3 - AUTORIZAÇÕES, PERMISSÕES E CONCESSÕES:</b>	
3.1 - Autorizações de qualquer espécie .....	5
3.2 – Permissões de qualquer tipo .....	5
3.3 - Concessões de qualquer forma .....	5
3.4 - Expedição de 2ª via Alvará .....	3
<b>4 - ATESTADOS e DECLARAÇÕES:</b>	
4.1 - Por unidade .....	5
<b>5 - REGISTROS:</b>	
5.1 - Por marca ou sinal .....	15
5.2 - Por certificados posteriores - 2ª via .....	5
<b>6 - AUTENTICAÇÕES:</b>	
6.1 - De plantas, por unidade .....	3
6.2 - De documentos, por unidade .....	3
<b>7 - CÓPIAS:</b>	
7.1 – Fotostáticas .....	0,10
<b>8 - REQUERIMENTOS:</b>	
8.1 - Por requerimento, petições, papéis e qualquer outro documento apresentado a Prefeitura, por unidade .....	5
<b>9 - CONHECIMENTO PADRONIZADO PARA RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS, fornecido pela Prefeitura .....</b>	<b>1</b>
<b>10 - TAXA EXPEDIENTE, CONHECIMENTO ARRECADAÇÃO AVULSO .....</b>	<b>1</b>
<b>11 - TRANSFERÊNCIAS DA CONCESSÃO DE VEÍCULOS DE ALUGUEL .....</b>	<b>100</b>
<b>12 – INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE FORNECEDORES DA PREFEITURA ...</b>	<b>7</b>

T A B E L A "II"	
TAXA DE COLETA DE LIXO	
	VALOR S/UPM
<b>1. COLETA DE LIXO</b> , (abrangendo apenas os imóveis localizados em logradouros efetivamente atendidos), por mês:	
<b>1.1 - POR UNIDADE PREDIAL:</b>	
1.1.1 - Hospitais, quartéis, hotéis e motéis .....	6,25
1.1.2 - Residencial:	
- até 200 m2 de área construída .....	0,75
- de 201 a 400 m2 de área construída .....	1,5
- acima de 400 m2 de área construída .....	2
1.1.3 - Comercial e Industrial:	
- até 200 m2 de área construída .....	1,5
- acima de 200 m2 de área construída .....	2,5
<b>1.2 – REMOÇÃO ESPECIAL DE LIXO:</b>	
1.2.1 - Remoção especial de lixo de terrenos baldios cuja limpeza tiver que ser efetuada pela Prefeitura por motivos de asseio, estética urbana e de detritos ou animais mortos, cobrados do proprietário ou do interessado:	
1.2.1.1 - por carga e por viagem até 300 Kg .....	10
1.2.1.2 - p/ carga e p/ viagem acima de 300 Kg .....	15
T A B E L A "III"	
TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E VISTORIA	
<b>1 - ALVARÁS DE LOCALIZAÇÃO E/OU TAXA DE VISTORIA PARA ESTABELECIMENTOS: P/ANO OU FRAÇÃO:</b>	VALOR S/UPM
<b>1.1 - INDUSTRIAIS:</b>	
- até 100 m2 de área .....	30
- de 101 a 200 m2 de área .....	40
- acima de 200 m2 de área .....	60
<b>1.2 - COMERCIAIS:</b>	
- até 20 m2 de área .....	20
- de 21 a 50m2 de área.....	35
- de 51 a 100 m2 de área .....	50
- de 101 a 200 m2 de área .....	65
- de 201 a 500 m2 de área .....	80
- acima de 500 m2 de área .....	95
<b>1.3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:</b>	
- Pessoa física de nível superior ou técnico, corretores, despachantes, comissionados, protéticos e representantes .....	35
- Serviços de táxis e transportadores autônomos .....	20
- Demais pessoas físicas .....	12
- Pessoa jurídica prestadora de serviços:	

- até 20 m2 de área .....	20
- de 21 a 50m2 de área .....	35
- de 51 a 100 m2 de área .....	50
- de 101 a 200 m2 de área .....	65
- de 201 a 500 m2 de área .....	80
- acima de 500 m2 de área .....	95
<b>1.4 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>175</b>
<b>1.5 - ENTIDADES, RECREATIVAS, ESPORTIVAS, BENEFICIENTES, ASSOCIAÇÕES, ETC – Por ano .....</b>	<b>30</b>
- Por evento isolado s/ cadastro .....	10
<b>2 - COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE: P/ mês ou fração:</b>	
<b>2.1 - Amendoim torrado ou cru, amolador com respectivo aparelho, objetos de barbantes ou cordas, cestos balaies, escovas, etc.....</b>	<b>2,5</b>
<b>2.2 - Balas, confeitos, chocolates, biscoitos, bolachas e congêneres, bordados e rendas, chapéus de palha, cereais por atacado .....</b>	<b>5</b>
<b>2.3 - Armarinhos ou artigos de bebidas alcoólicas, vinhos, cervejas, cigarros, fumos, charutos, etc. ....</b>	<b>15</b>
<b>2.4 – Venda ambulante no interior do Município.....</b>	<b>20</b>
<b>2.5 - Pão e feirantes .....</b>	<b>5</b>
<b>2.6 - Perfumes, jóias, relógios e artigos de toucador .....</b>	<b>10</b>
<b>2.7 - Casemiras, brins, calçados e qualquer tecido de lã ou algodão, capas, vestuário em geral (máximo um dia por mês) .....</b>	<b>25</b>
<b>2.8 – Eletrônicos em geral (máximo um dia por mês) .....</b>	<b>25</b>
<b>2.9 - Circos e Parques de Diversões (por quinzena ou fração) .....</b>	<b>15</b>
<b>2.10 – Outros comércios eventuais não especificados, por dia .....</b>	<b>25</b>
<b>3 - OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM LOGRADOUROS E PRÓPRIOS PÚBLICOS:</b>	
<b>3.1 – Circos e parques de diversões, por mês ou fração</b>	<b>15</b>
<b>3.2 – Locação do Ginásio Municipal para prática de esportes (por hora)</b>	<b>08</b>
<b>3.3 - Locação do Ginásio Municipal para eventos (por hora a disposição)</b>	<b>10</b>
<b>3.4 – Licença para uso do Parque de Exposições (por dia)</b>	<b>200</b>
<b>3.5 – Licença para uso de lotes com infraestrutura, por dia, até 4m2</b>	<b>15</b>
<b>3.6 – Licença para uso de lotes sem infraestrutura, por dia, por m2</b>	<b>05</b>
<b>3.7 – Treillers de lanches rápidos e semelhantes, por mês ou fração</b>	<b>13</b>
<b>3.7 - Outras atividades não especificadas nas letras anteriores, por dia</b>	<b>15</b>
<b>4 - DEMAIS LICENÇAS.</b>	
<b>4.1 - Licença para Baile.....</b>	<b>15</b>
<b>4.2 - Licença para Carreira.....</b>	<b>13</b>
<b>OBSERVAÇÃO: Nos eventos isolados a taxa será cobrada em cada solicitação.</b>	

**T A B E L A "IV"**  
**TAXAS DE EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

ITENS	DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM UPM
<b>1. PROJETO, EXECUÇÃO DE OBRAS</b> particulares. Construções e reformas de prédios residenciais, comerciais e industriais de (alvenaria, metálico, concreto ou similar).		
<b>1.1 Aprovação de Projetos:</b>		
1.1.1	Até 70,00 m2 por m2 .....	0,10
1.1.2	Acima de 70,00 m2 até 200,00 m2 por m2.....	0,12
1.1.3	Acima de 200,00 m2 até 500,00 m2 por m2.....	0,15
1.1.4	Acima de 500,00 m2 até 1.000,00 m2 por m2.....	0,18
1.1.5	Acima de 1.000,00 m2 até 2.000,00 m2 por m2.....	0,22
1.1.6	Acima de 2.000,00 m2 por m2.....	0,26
1.1.7	Construções de madeira cobrar 50% dos itens 1.1.1 a 1.1.6	
1.1.8	Desmembramento por lote com certidão.....	12,00
1.1.9	Loteamento até 50 lotes, por lote com certidão .....	12,00
1.1.10	Loteamento de 50 lotes até 200 lotes, por lote com certidão.....	15,00
1.1.11	Loteamento acima de 200 lotes, por lote com certidão.....	18,00
<b>1.2 Licenciamento de Projetos:</b>		
1.2.1	Até 70,00 m2 o metro m2.....	0,20
1.2.2	Acima de 70,00 m2 até 200,00 m2 por m2.....	0,24
1.2.3	Acima de 200,00 m2 até 500,00 m2 por m2.....	0,30
1.2.4	Acima de 500,00 m2 até 1.000,00 m2 por m2.....	0,36
1.2.5	Acima de 1.000,00 m2 até 2.000,00 m2 por.....	0,44
1.2.6	Acima de 2.000,00 m2 por m2.....	0,52
1.2.7	Construções de madeira cobrar 50% dos itens 1.2.1 a 1.2.6	
1.2.8	Tapumes que ocupem a calçada - .....	3,00
1.2.9	Marquises e obras em balanço sobre o alinhamento, m2 por ano.....	1,00
1.2.10	Toldo e Cobertura moveleiras m2 por ano .....	0,50
1.2.11	Demolições cobrar conforme os itens 1.1.1 a 1.1.7	
1.2.12	Reforma sem acréscimo e alteração cobrar 50 % dos itens 1.2.1 a 1.2.7	
1.2.13	Reforma sem acréscimo, com alteração de projeto conforme os itens 1.2.1 a 1.2.7	
1.2.14	Autenticação pelo construído cobrar os itens 1.1.1 a 1.1.7 mais 1.2.1 a 1.2.7 e 1.4.1	
1.2.15	Regularização cobrar 1,5x os itens 1.1.1 a 1.1.7 mais 1.2.1 a 1.2.7 e 1.4.1	
<b>1.3 Pela Prorrogação da Licença ano:</b>		
1.3.1	Cobrar conforme os itens 1.2.1 a 1.2.7, podendo ser mensal, após a primeira licença.	

<b>1.4 Taxas de Vistoria, e expedição de Carta de Habite-se:</b>	
1.4.1 De prédios de qualquer natureza, por m2 cobrar conforme os itens 1.1.1 a 1.1.7 caso o projeto sofra alteração cobrar nova taxa.	
<b>2. ALINHAMENTO PARA CONSTRUÇÃO:</b>	
2.1.1 Alinhamento Por m de Testada.....	1,00
2.1.2 Alinhamento em Zona Rural ou similar.....	50,00
2.1.3 Alinhamento ao longo das BR e RS em Zona de Expansão Urbana.....	50,00
2.1.4 Nivelamento de eixo de rua para Construções em lote c/uma testada	60,00
2.1.5 Nivelamento de eixo de rua para Construções em lote c/duas testadas	90,00
<b>3. OBRAS PARTICULARES</b>	
3.1 Reexame de projetos para aprovação ou revalidação de construção, reforma ou aumento de prédios por correções:	
3.1.1 Até, 70,000 m2.....	0,03
3.1.2 Acima de 70,000 m2 até 200,000 m2.....	0,06
3.1.3 Acima de 200,000 m2 até 500,000 m2.....	0,10
3.1.4 Acima de 500,000 m2 até 1.000,000 m2.....	0,15
3.1.5 Acima de 1.000,000 m2 até 2.000,000 m2.....	0,20
3.1.6 Acima de 2.000,000 m2.....	0,25
<b>4 SERVIÇOS DIVERSOS</b>	
4.1 Numeração de prédios.....	2,00
4.2 Cópias de mapas e plantas em geral por m2.....	8,00
4.3 CD-RON com copias de Leis.....	20,00
4.4 Autorização de abertura de vala com até 0,50 m de largura e 0,50 m de profundidade por ml (metro linear) .....	1,00
4.5 Autorização de abertura de vala com dimen. superiores ao item 4.8 p/m3	2,00
4.6 Autorização de torres de telecomunicações ou similar.....	600,00
4.7 Autorização de redes subterrâneas, canalização ou fiação aérea p/ml....	1,20
4.8 Autorização de colocação ou subst. de postes em vias públicas, p/un...	10,00
4.9 Autorização de containers para limpeza em via pública, p/dia.....	3,00
4.10 Autorização de para piso para quadra de esportes, estacionamentos descobertos, pavimentação e piscinas cobrar conforme o item 1.2.1 a 1.2.6.	
4.11 Autorização de base de concreto e obras especiais até 1,00 m de profundidade p/m2.....	3,00
4.12 Autorização de base de concreto e obras especiais com dimensões superiores ao item 4.11 por m3 .....	10,00
4.13 Autorização de construções de muros até 2,10 m de altura p/ml.....	1,15

**T A B E L A "V"**  
**TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS**

DISCRIMINAÇÕES: .....	VALOR S/UPM
<b>I. DE APREENSÃO DE BENS</b>	
<b>1 - Depósito, por dia ou fração:</b>	
<b>1.1 - de veículos, por unidade .....</b>	<b>3</b>
<b>1.2 - de mercadorias ou objetos, por espécie .....</b>	<b>1</b>
<b>II. DE SERVIÇOS EM CEMITÉRIOS</b>	
<b>1 – TERRENOS E CARNEIRAS:</b>	
<b>1.1 - Terrenos</b>	
<b>1.1.1 - de 1,40 x 2,10 m .....</b>	<b>110</b>
<b>1.1.2 - de 2,80 x 2,10 m .....</b>	<b>230</b>
<b>1.1.3 – de 1,50 x 3,00 m .....</b>	<b>169</b>
<b>1.1.4 – de 2,00 x 3,00 m .....</b>	<b>230</b>
<b>1.2 – Carneiras</b>	
<b>1.2.1 – Carneira adulto .....</b>	<b>110</b>
<b>1.2.2 – Carneira criança .....</b>	<b>80</b>
<b>2 - ARRENDAMENTO:</b>	
<b>2.1 - Carneira adulto, por ano .....</b>	<b>12,5</b>
<b>2.2 - Carneira criança, por ano .....</b>	<b>7,5</b>
<b>2.3 – Ossário, por ano .....</b>	<b>5</b>
<b>3 - INUMAÇÃO:</b>	
<b>3.1 - Inumação em carneira ou sepultura adulto .....</b>	<b>12,5</b>
<b>3.2 - Inumação em carneira ou sepultura criança .....</b>	<b>6,25</b>
<b>3.3 - Inumação em terra, adulto ou criança .....</b>	<b>2,5</b>
<b>4 - EXUMAÇÃO:</b>	
<b>4.1 - Exumação de restos mortais em carneira ou túmulo .....</b>	<b>12,25</b>
<b>4.2 - Exumação de restos mortais em terra .....</b>	<b>12,5</b>
<b>IV - DE PUBLICIDADE</b>	
Em muros, estabelecimentos, painéis, etc.:	(P/MÊS OU FRAÇÃO)
<b>1 - Painel, cartaz, letreiros ou luminosos acima 4,1 m2.....</b>	<b>8</b>
<b>2 - Painel, cartaz, letreiros ou luminosos 2,1 a 4,0 m2 .....</b>	<b>6</b>
<b>3 - Painel, cartaz, letreiros ou luminosos até 2,0 m2 .....</b>	<b>4</b>
<b>4 - Publicidade em táxis e ônibus .....</b>	<b>8</b>
<b>5 - Mostruários colocados fora dos estabelecimentos, ainda que em galerias, estações, abrigos ou qual quer outro local permitido .....</b>	<b>5</b>

6 - Publicidade oral feita por propagandista, música, animais (circo, etc.), por alto falante ou qualquer outro aparelho sonoro ou em projeção fotográfica ou semelhantes (p/dia ou fração) .....	4
7 - Colocação de faixas em vias públicas, por faixa .....	7
<b>V - OUTROS SERVIÇOS</b>	
<b>1 – RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO - POR M2:</b>	
1.1 - Asfáltica ou lajota de concreto .....	20
1.2 - Pedra regular .....	15
1.3 - Pedra irregular .....	12
1.4 - Artéria sem pavimentação .....	2
<b>2 - SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, POR HORA:</b>	
2.1 - Trator de Esteira .....	15
2.2 - Motoniveladora .....	15
2.3 - Carregador .....	15
2.4 - Retroescavadeira .....	15
2.5 - Transporte, por Km rodado para percurso até 5 km .....	2
2.6 - Transporte, por Km rodado para percurso acima de 5 km .....	1,5
<b>T A B E L A "VI"</b>	
<b>DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA</b>	
<b>DISCRIMINAÇÕES</b>	
<b>I - ALÍQUOTAS DO ISSQN INCIDENTES SOBRE O TRABALHO AUTÔNOMO (PESSOAL)</b>	<b>VALOR S/UPM</b>
a) Profissionais liberais com nível superior e os legalmente equiparados, POR ANO .....	62,5
b) Corretores de imóveis, corretores de seguros, corretores de títulos quaisquer, despachantes, protéticos, comissionados, representantes comerciais e técnicos de nível médio, POR ANO .....	25
c) Sociedades civis de profissionais liberais, por profissional habilitado, sócio, empregado ou terceiro, POR MÊS .....	5
d) Serviço de táxi e transporte autônomo, POR ANO .....	25
e) Demais serviços autônomos, POR ANO .....	12,5
<b>II - ALÍQUOTAS DO ISSQN INCIDENTES QUANDO O PREÇO DO SERVIÇO FOR UTILIZADO COMO BASE DE CÁLCULO:</b>	
	% s/ preço serviço
a) Serviços de diversões públicas .....	5%
b) Serviços de execução de obras civis ou hidráulicas .....	4%
c) Transporte de natureza estritamente municipal .....	4%
d) Serviços bancários .....	5%
e) Retenção na fonte, alíquota igual a prevista nesta tabela	
f) Demais serviços.....	4%

**TABELA VII**  
**DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

A-1 ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA) E  
RENOVAÇÃO ANUAL DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ALIMENTOS – CÓDIGO (02)

A.1.1 – INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS

	UPM
Conservas	40
Carnes	40
Doces	40
Massas	40
Panificação	40
Produtos diversos	40
Sorvetes	40
Aditivos	40
Água mineral	40
Amidos	40
Bebidas em geral	40
Bolachas	40
Cerealista	40
Condimentos	40
Confeitos	40
Desidratadoras	40
Farinha	40
Gelatina	40
Gelo	40
Gorduras	40
Marmelada	40
Refinadora	40
Salgadinhos	40
Suplementos alimentares	40
Torrefadora	40
Temperos	40
chás	40
Vinagre	40
Sucos	40
Mel	40



### A.1.2 – LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU DE VENDA DE ALIMENTOS

Açougue/casa de carnes	80
Assadora de aves e outros tipos	50
Cantina escolar	50
Casa de frios (laticínios e embutidos)	50
Casa de moagem e venda direta de café torrado	50
Casa de sucos/caldo de cana e similares	30
Comércio atacadista/depósito de produtos perecíveis	80
Comércio atacadista/depósito de produtos não perecíveis	50
Confeitaria/doceria	50
Cozinhas em geral	50
Feira livre/comércio ambulante (c/ venda carne/pescados e outros)	30
Lanchonete/lancheria/petiscarias	50
Armazém (única atividade)	30
Mini Mercado	80
Mercado	100
Super Mercado	150
Hipermercado	300
Panificadora (fabrico)	50
Padaria (posto de venda)	30
Pastelaria	30
Peixaria (pescados/frutos do mar)	50
Pizzaria	50
Produtos congelados	50
Restaurante/Bufferet/churrascaria	80
Serv. Carro/drive-in/quiosque/trailler/similares	50
Sorveteria	50
Posto de venda de sorvetes	20
Bar	30
Boate/Whiskeria	80
Depósito de bebidas em geral	50
Depósito de frutas e verduras	50
Feira livre (comércio de alimentos não perecíveis)	10
Congêneres acima	80

### A.1.3- LICENÇA SANITÁRIA ESPECIAL

Venda ambulante/vans e outros veículos para venda de cachorro-quente	30
Venda ambulante (carrinho de pipoca/carrocinha de cachorro-	30

quente)	
Carrinhos para venda de sucos	10
Moto: Tele-entrega de alimentos	10
Caminhão carroceria aberta para transporte de alimentos	30
Caminhão carroceria fechada para transporte de alimentos (baú simples)	30
Caminhão carroceria fechada para transporte de alimentos (baú refrigerado)	40

## PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

### A.1.4 – INDÚSTRIA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Agrotóxicos	100
Produtos veterinários	80
Congêneres (acima)	80

### A.1.5 – COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Comércio de: Agrotóxicos/prod. Veterinários/fertilizantes/corretivos (1)	80
Comércio de alimentação animal (ração/supletivos)	30
Distribuidora dos produtos acima (1)	80
Distribuidora dos produtos acima (2)	80
Equi./instrumentos agrícolas/similares	80
Congêneres	80

## OUTROS SERVIÇOS

Zoológico/circo/rodeio/aviário/pequenos animais	20
Serviço e veículo de transporte de alimentos (baú simples)	20
Serviço e veículo de transporte de alimentos (baú refrigerado)	40
Floricultura	20
Congêneres	40

## PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE – CÓDIGO (01)

### A.1.7 – COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE

Comércio de cosméticos/perfumes/prod. Químicos/prod. Naturais e dietéticos	30
Comércio e produtos de higiene/odontológicos/saneantes	30

domissanit./correlatos	
Comércio de prótese (ortop./Estética/odontol./audit./similares)	30
Comércio de equipamentos e instrumentos laboratoriais/médico/hospitalares/odontológicos	30
Distribuidora de medicamentos/correlatos/saneantes domissanitários/prod. Químicos/perfumes e cosméticos/produtos de higiene/produtos farmacêuticos	30
Importadora/exportadora dos produtos acima	30
congêneres	30

#### A.1.8 – ESTABELECIMENTOS FARMACÊUTICOS

Farmácia: Alopática/homeopática/privativa/de manipulação	60
Com aplicação de injeções	80
Drogaria	60
Com aplicação de injeções	80
Verificação de pressão arterial/nebulização/colocação de brinco e/ou pircing: por atividade	05
Dispensatório de medicamentos/ervanária/unidade volante/posto médico	05
Congêneres acima	80

#### A.1.9 – ESTABELECIMENTOS/SERVIÇOS DE ESTÉTICA

Salão de beleza/salão de barbeiro/salão de cabeleireiro/estética facial	30
---	----

#### A.1.10 – ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE AMBULATÓRIOS/CLÍNICAS

Ambulatório médico	60
Ambulatório veterinário	40
Clínica geriátrica com internamento	40
Clínica médica	60
Clínica médica com serviços complementares de diagnóstico ou terapia	80
Clínica veterinária	40
Policlínica	80
Pronto socorro – atendimento de urgência/emergência	80
Congêneres (acima)	80

#### A.1.11 – OUTROS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Clínica de : Fisioterapia e/ou de reabilitação	50
Psicologia	50

Desintoxicação	50
Fonoaudiologia	50
Psicanálise	50
Odontológica	50
Consultório médico com serviços complementares de: Diagnóstico outterapia	50
Consultório: Médico – por consultório	50
Odontológico – por consultório	50
Veterinário – por consultório	50
Psicológico – por consultório	50
Fisioterapeuta – por consultório	50
Fonoaudiólogo – por consultório	50
Educação Especial – por consultório	50
Outras atividades similares	50

#### ASILOS, CASA DE IDOSOS, CASA DE REPOUSO E SIMILARES

Empresas privadas com fins lucrativos (p/ leito)	10
Instituições de assistência Social, sem fins lucrativos	10
Hotéis, Motéis, Dormitórios, Pensões e Similares (p/ cômodo)	5
congêneres	10

\*Estabelecimentos com mais de uma atividade (conforme acima), o valor da taxa será a soma em UFM das atividades exercidas.

#### A.1.12 - LICENÇA PROVISÓRIA (ALVARÁ PARA EVENTOS)

Exposições/feiras/shows/palestras/similares: com prazo pré-determinado	20
Nas feiras, o Alvará do Evento é para Organizador, referindo-se às áreas livres, sanitários de uso público, barraca de shows, etc.	
Box, lojas, pontos de venda, trailers e similares terão Alvará próprio, conforme atividade	

A.1.13 - ÁREA DE ESTABELECIMENTOS NÃO CONTIDOS ACIMA	80
A.1.14 – MICROEMPRESAS, DEVIDAMENTE COMPROVADAS – Redução de 50% (cinquenta por cento)	

**TABELA VIII**

**IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA  
ISSQN - RECOLHIMENTO PARA HABITE-SE**

VALOR ESTIMADO DO SERVIÇO EM UPM POR M2	PADRÕES		
	BAIXO	NORMAL	ALTO
	Até 100 m2	De 101 a 250 m2	Acima de 251 m2
Casa de madeira	150	183	233,5
Casa de alvenaria	300	366	467
Galpões ( armazéns, salões, abrigos, depósitos, pavilhões)	166	166	166
Prédio com mais de 02 (dois) pavimentos não objeto de incorporação	270	308	385

Observação:

1. Não incide o ISSQN na construção unifamiliar tipo econômica de madeira ou alvenaria até 50,00 m2;
2. Sobre a base de cálculo na apuração do ISS: esta tabela servirá para apuração estimativa da base de cálculo, em razão do parágrafo oitavo do artigo 27 deste código;
3. Sobre a base de cálculo estimada e apurada será deduzido os valores correspondentes as Notas Fiscais dos materiais utilizados e serviços, assim como dos empregados e encargos, se for o caso;
4. Quando da utilização de autônomos cadastrados no Município, a dedução corresponderá ao ISS Fixo do mesmo, proporcional ao período trabalhado na obra;
5. Para os materiais e serviços constantes do item 3 não serão aceitos recibos;
6. O Setor de Engenharia, juntamente com a Fiscalização tributária farão análise dos materiais e serviços empregados de acordo com a metragem construída.